

NEIDA MARIA CHASSOT

**SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL VIVENCIADA PELOS CATADORES
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS RESIDENTES NO CONJUNTO HABITACIONAL
JULIETA BUENO, CIDADE DE CASCAVEL – PR**

**TOLEDO
2007**

NEIDA MARIA CHASSOT

**SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL VIVENCIADA PELOS CATADORES
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS RESIDENTES NO CONJUNTO HABITACIONAL
JULIETA BUENO, CIDADE DE CASCAVEL – PR**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Prof^ª. Doutora Marli Renate
von Borstel Roesler**

**TOLEDO
2007**

NEIDA MARIA CHASSOT

**SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL VIVENCIADA PELOS CATADORES
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS RESIDENTES NO CONJUNTO HABITACIONAL
JULIETA BUENO, CIDADE DE CASCAVEL – PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dra. Marli Renate von
Borstel Roesler.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^ª. Ms. Carmem Pardo Salata
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^ª. Ms. Vera Lúcia Martins
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, dia 19 de Novembro de 2007.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social aos meus filhos Iásca Marcelo, Adriana e José Orlando que compartilham comigo este processo de formação universitária.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Criador que por sua bondade infinita me fez chegar onde estou, consciência acerca de quem eu sou e a fé intensa, racional e crítica.

A meus pais e principalmente ao meu pai que me ensinou com seu exemplo de vida, a ter valores e a lutar pelos direitos humanos.

A toda minha família que é imensa e intensa em amor, alegria e vida; meus filhos amados Iáscara, Marcelo, Adriana e José Orlando. Netos queridos, Leonardo, Luiza, Bruno, Franco e João Gabriel, amo vocês muito, também os netos que foram acrescentados ao meu caminho de amor, Cristiane, Mônica e Marcel. Meus irmãos, Nelo e Nei, tios, primos, genros, cunhados, sobrinhos e afilhados quero que todos saibam o quanto foram e são importante na minha vida e que sem vocês a vida teria sido mais difícil do que foi até aqui.

Amigos, são tantos para nomeá-los, impossível, já que neste meu caminhar de 68 anos tanto se viveu com amigos de longa data, os mais recentes.

Agradeço a acolhida que tive da minha turma de formandos de 2006, que além de tudo me escolheram como nome de turma. Uma grande honra e emoção que me proporcionaram. Lembro agora já com saudades da Ana Rosa, Justa, Marize, Narci e Nice, porque neste ano já nos afastamos um pouco do convívio de todos os dias. Foram momentos que me rejuvenesceram pela alegria, pela amizade e descontração, também agradeço a acolhida por esta turma de formandos de 2007, quando tive oportunidade de conhecê-los melhor.

Agradeço a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SBEE) de Curitiba, onde aprendi o conhecimento espiritual, aprendi a disciplinar o espírito, o estudo, a pesquisa, a reflexão da ciência, filosofia e religião, a trabalhar o homem concreto em sua história concreta de vida, a fazer leitura do mundo, me incentivou a procurar novos saberes e estes encontrei na UNIOESTE.

Agradeço aos meus amigos da Sociedade de Pesquisa Espíritas Antonio Grimm de Cascavel – PR, por tudo que construímos juntos, todos esses anos, a alegria do encontro fraterno e amigo, falar sobre cada um impossível, mas no coração cabem todos, porque o sentimento, a afeição, não exige espaços.

Aos amigos do Programa de Formação de Educadores e Educadoras Ambientais (FEA) o meu agradecimento principalmente a minha equipe de trabalho que soube compreender as minhas ausências.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE *Campus* de Toledo por esta oportunidade de estudo e a todos os professores do Curso de Serviço Social pelo conhecimento científico, valores éticos, ou seja, toda competência teórica-metodológica, ética-política e técnicas-operativas do processo social que em poucas palavras dizem muito, porém

existe ainda uma interação de amizade que fica marcada para sempre.

O meu agradecimento a minha orientadora e supervisora acadêmica Marli Renate von Borstel Roesler que sempre soube tão bem tratar com paciência incentivo e compreensão as limitações de Neida.

Agradeço a coordenadora e vice-coordenadora do Curso de Serviço Social do *Campus*, Vera Lúcia Martins e Carmem Pardo Salato que como também minhas professoras transmitiram sábios conhecimentos científicos e de vida. À professora Cleonilda Dallago sempre disposta e amiga para fazer os contatos para a viabilização dos locais de campo de estágio. Aos funcionários da UNIOESTE *Campus* de Toledo nossos agradecimentos.

As minhas supervisoras de campo, Rosemeri Dall Agnol e Sandra Cordeiro Muniz, por todos ensinamentos teóricos, práticos, que nos mostraram que mesmo nas limitações que Serviço Social tem nas políticas públicas, ainda existem possibilidades de se fazer um bom trabalho. Agradeço a toda equipe do CRAS/Norte pela acolhida durante o estágio.

Aos catadores de materiais recicláveis que me inspiraram e me ensinaram a construção deste trabalho.

A todos que participaram processo de construção deste trabalho de uma forma ou de outra e que seus nomes não constam, meu agradecimento amigo.

“O processo crítico é elemento básico que sustenta o equilíbrio, qualifica a certeza e tonifica a fé em Deus, saneia o certo do errado”.

Leocádio J. Correia

CHASSOT, N. M. A situação de vulnerabilidade social vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis residentes no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, Cascavel – PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo. Toledo, 2007.

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso aqui apresentado se desenvolveu a partir da vivência desta autora no Campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Norte, nos anos de 2006 e 2007, o qual promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social local. Esta pesquisa tem como objeto de investigação a situação de vulnerabilidade social enfrentada pelos catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno, localizado na cidade de Cascavel – PR, frente às suas condições precárias de trabalho. Tem como objetivo geral analisar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno de Cascavel – PR, quanto às formas de organização das relações de trabalho coletivo para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social em que se encontram. Com objetivos específicos: identificar os principais problemas enfrentados pelos catadores no cotidiano de seu trabalho; conhecer a história de vida dos catadores e dificuldades; avaliar os limites e as possibilidades das ações da associação dos catadores do bairro com vistas a fornecer subsídios para um agir coletivo. A pergunta/problema que norteou o estudo deste objeto foi: como é o trabalho dos catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno: - como estes se organizam coletivamente no enfrentamento da condição de vulnerabilidade social? Enquanto pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, a mesma foi conduzida por estudo bibliográfico e documental, contando também com a realização de entrevistas com os catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno, os quais são os sujeitos desta pesquisa. O instrumental utilizado para as entrevistas foi o formulário e contou ainda com a técnica de observação participante. A amostra foi definida de forma intencional devido ao fácil acesso por se tratar de pessoas da convivência dessa pesquisadora. Estruturado em três capítulos este trabalho demonstra que deverá ser feita uma retomada do debate sobre a situação precária dos catadores e que esse trabalho seja apresentado às autoridades competentes e a partir deste estudo se repense ações para os catadores. O projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP/UNIOESTE(nº. 230 / 2007).

Palavras-chave: Catadores; Vulnerabilidade Social; CRAS/Norte.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACAMAR	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis
BM	Banco Mundial
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEP/UNIOESTE	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COHAVEL	Companhia Municipal de Habitação de Cascavel
COOPERAGE	Cooperativa dos Agentes Ecológicos
COOTACAR	Cooperativa dos Trabalhadores Catadores de Recicláveis de Cascavel
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTPMR	Central de Triagem e Processamento de Materiais Recicláveis
ECOLIXO	Programa de Coleta Seletiva para Reciclagem de Cascavel – PR
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SEASO	Secretaria de Ação Social
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Humano
SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnB	Universidade Federal de Brasília
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estado civil dos catadores.....	62
Gráfico 2 - Estado civil das catadoras.....	63
Gráfico 3 - Número de filhos dos catadores.....	63
Gráfico 4 - Número de filhos de catadoras.....	63
Gráfico 5 - Renda familiar dos pesquisados (M-F).....	64
Gráfico 6 - Renda familiar com coleta seletiva (M-F).....	65
Gráfico 7 - Tempo de coleta de materiais recicláveis.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ocupação de catadores de materiais recicláveis.....	53
Quadro 2 - Cenário da limpeza urbana.....	55
Quadro 3 - Perfil histórico residencial dos pesquisados.....	61
Quadro 4 - Benefício social.....	66
Quadro 5 - Horário de coleta.....	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - IDH dos Estados Brasileiros.....	34
Figura 2 - Estado do Paraná.....	35
Figura 3 - Mapa de Cascavel.....	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL E SEUS REBATIMENTOS NOS DIREITOS SOCIAIS.....	22
1.1 POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITOS SOCIAIS: UM ENTENDIMENTO ARTICULADO.	22
1.2 O NEOLIBERALISMO COMO MODELO DE TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE E IMPACTOS NO BRASIL.....	27
1.3 DIFERENTES ENFOQUES DA POBREZA E FORMAS DE MENSURAÇÃO.....	29
1.4 SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL NAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO.....	32
1.4.1 Trabalho no Contexto de Vulnerabilidade Social.....	37
1.5 SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A “QUESTÃO SOCIAL”.....	39
2 EM BUSCA DA SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: A ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE.....	43
2.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESENVOLVIDA PELA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DE CASCAVEL.....	44
2.1.1 Centro de Referência de Assistência Social e os Serviços de Proteção Social Básica segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	45
2.1.2 A Realidade Interventiva do Centro de Referência de Assistência Social CRAS/Norte de Cascavel.....	45
2.2 POLÍTICA AMBIENTAL E AS AÇÕES DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – CASCAVEL – PR	49
2.2.1 O Paradoxo da Modernidade: Crescimento Econômico e Geração Sustentável de Lixo....	50
2.2.2 Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cascavel	53
2.3 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E A ORGANIZAÇÃO DA ACAMAR.....	54
3 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	59
3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	59
3.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS ATRAVÉS TABELAS E GRÁFICOS.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	73
ANEXO.....	79
APÊNDICE.....	90

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretende evidenciar a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis residentes no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, localizado no Município de Cascavel – PR frente às suas condições precárias de trabalho. Também evidenciar as ações da Secretaria Municipal de Ação Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado na Região Norte de Cascavel – PR,¹ Campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, desta autora durante os anos letivos de 2006 e 2007, conforme Termo de Cooperação Técnica entre Prefeitura Municipal de Cascavel e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), através do Curso de Serviço Social com *Campus* em Toledo – PR.

Tendo como objetivo geral analisar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno, Cascavel – PR, quanto às formas de organização das relações de trabalho coletivo para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social em que se encontram. E como objetivos específicos: identificar os principais problemas enfrentados pelos catadores no cotidiano de seu trabalho; conhecer a história de vida dos catadores e suas dificuldades; avaliar os limites e as possibilidades das ações da associação dos catadores do bairro, com vistas a fornecer subsídios para um agir coletivo.

A pergunta/problema que norteou o estudo deste objeto foi: como é o trabalho dos catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno e como estes se organizam coletivamente no enfrentamento da condição de vulnerabilidade social? A hipótese aproximada inicialmente seria o baixo nível escolar de instrução básica do processo educativo, que consiste em aspecto fundamental para reverter o quadro trágico presente em nossa sociedade. Para responder a este questionamento foi necessário pesquisar sobre quem são, como vivem, e como são as condições e relações de trabalho desses profissionais.

A pesquisa é de tipo exploratória, priorizada para este estudo, justifica-se aqui, por se tratar de um tema ainda pouco abordado no Serviço Social. Foi realizado um trabalho de coleta de dados primários e secundários com abordagem qualitativa, com o levantamento bibliográfico e documental acerca do tema em investigação, e ainda, a realização de entrevistas com os catadores residentes no Conjunto Habitacional Julieta Bueno. A amostra para estas entrevistas foi definida de forma intencional devido ao fácil acesso aos sujeitos, por se tratar de pessoas da convivência dessa pesquisadora, e ao interesse em conhecer a opinião destes. O instrumental utilizado foi o formulário e contou ainda com técnica de observação participante.

Nessa trajetória percorrida, estruturou-se o presente Trabalho de Conclusão de

¹ Rua Solidariedade esquina com a Rua Paul Richard, nº. 733.

Curso em três capítulos. Sendo que no primeiro capítulo procurou-se para um referencial teórico, algumas considerações importantes para o debate do objeto desta pesquisa. Não foi nossa preocupação aprofundar essas discussões e sim, estudá-las numa aproximação com o Serviço Social.

No segundo capítulo, já numa relação com o objeto da pesquisa, procurou-se abordar o entrecruzar de duas políticas: a da assistência social e a do meio ambiente, pelo relacionamento que as duas políticas têm com os catadores de materiais recicláveis no enfrentamento da situação de vulnerabilidade social. Verifica-se que as estruturas atuais das duas secretarias não são suficientes ainda para atender toda a demanda por serviços que garantam os mínimos dos direitos sociais. Consta-se também, que o estágio tornou visível o tamanho da deficiência pública de proteção social, que apesar de grandes esforços já executados ao fornecer o acesso a serviços básicos que viabilizem o atendimento mínimo de qualidade aos cidadãos, ainda se acham aquém do necessário daqueles que deles demandam.

Já o terceiro capítulo procura fazer a apresentação dos resultados obtidos nos formulários, entrevistas em forma de gráficos e análises comparativas. Também se considerou relevante a não identificação dos catadores de materiais recicláveis mediante garantias éticas de livre participação e sigilo da identidade pessoal resguardada nas questões formuladas, e que serão analisadas e apresentadas nos resultados da pesquisa, conforme orientação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos CEP/UNIOESTE (Parecer Nº 230/2007), Bem como dos benefícios esperados com a pesquisa, ou seja, em motivação para novas ações no CRAS e em organizações referentes ao trabalho dos catadores.

E, finalmente, nas considerações finais, procuramos apresentar as aproximações possíveis que construímos ao longo do processo de elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, segundo observações mediadas com a vivência no campo de estágio supervisionado em Serviço Social – CRAS/Norte, nos anos de 2006 e 2007. Será possível compreender a complexidade da condição de trabalho e organização dos catadores que vivem num estado de vulnerabilidade social, pois apresentam baixo estímulo de organização do trabalho coletivo, pouca participação nas decisões da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR) e do próprio CRAS – Julieta Bueno.

1 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL E SEUS REBATIMENTOS NOS DIREITOS SOCIAIS

O tema “políticas sociais” tem sido bastante trabalhado no Serviço Social. Neste trabalho não iremos aprofundar esta discussão, mas apenas tomar algumas considerações importantes para o debate do objeto desta pesquisa.

1.1 POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITOS SOCIAIS: UM ENTENDIMENTO ARTICULADO.

As políticas sociais nascem para conter o conflito de classe como estratégia governamental ao intervir nas relações sociais, na perspectiva de enfrentamento da “questão social” Yazbek (2006, p. 36). Decorrem das reivindicações dos trabalhadores ao longo do desenvolvimento do capitalismo², assim, foram lutas históricas por direitos dos trabalhadores, principalmente a partir da Revolução Industrial (século XIX), na relação de produção social capitalista, portanto, na contradição do capital e trabalho. Historicamente à medida que os direitos se ampliaram, o Estado procurou se antecipar às reivindicações e reclamos populares, através de estratégias, legislações que fazem com que o Estado tome para si a responsabilidade de suprir os mínimos indispensáveis aos cidadãos e ao mesmo tempo, fazendo isso, assegura a intervenção econômica junto aos capitalistas³.

É no âmbito destes três pólos: Estado, classe trabalhadora e empresas privadas que se delineiam os caminhos da política social na sociedade capitalista, pois são as condições concretas de inserção no mercado de trabalho que geram a política do trabalhador assalariado e a política social do pobre: a assistência social brasileira (YAZBEK, 2006, p. 37).

Aprofundar inicialmente conceitos teóricos sobre as políticas sociais no Brasil nos pareceu importante ao tratar sobre a vulnerabilidade social que afeta, também, a realidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis, tema e objeto do presente estudo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus* de Toledo. Concordamos com o pensamento de Laura Tavares quanto a,

² Capitalismo é um sistema econômico e social que tem por base a propriedade privada dos meios de produção, com visão de lucro, emprego de trabalho assalariado e no controle de preços (HOLANDA, 1993, p.100). Concordo com Netto (1995, p.31), que o capitalismo está cada vez mais organizado e com “capacidade de se refuncionalizar e de responder rapidamente a novas demandas”.

³ Fonte conforme anotações feitas em sala de aula nas disciplinas de Questão Social II e Política Social II do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, *Campus* de Toledo PR, ministradas respectivamente pelas Professoras: Dra. Zelimar Soares Bidarra e Marize Rauber Engelbrecht.

Por outro lado, para a construção de um projeto civilizatório para este país, a Política Social não pode ser entendida apenas na perspectiva “de geração de renda”. Ela é também aquela capaz de garantir direitos sociais, constitutivos dos direitos humanos e de cidadania. Nesta perspectiva, educação e saúde não são necessárias para “aumentar a competitividade”, ou apenas para gerar emprego e renda, mas também, e sobretudo, para propiciar o acesso a direitos fundamentais a todos os brasileiros (grifos da autora) (SOARES, 2004, p. 2)

Ao tratar das políticas sociais é importante retomar a direção assumida por estas políticas no contexto de industrialização, operada principalmente, no Governo de Getúlio Vargas, na década de 1930. Esta direção evidenciou o compromisso do Estado com as elites que não deixaram de exercer a dominação numa acomodação de interesses já historicamente, constituídos no Brasil. Para Telles (2001, p. 22) deu-se nessa época, concessões de direitos trabalhistas com uma montagem de sistema de proteção social que tirava dos trabalhadores o arbítrio do poder patronal, para jogá-lo sob a tutela estatal. Este modelo de claras vinculações corporativas demonstrou não criar graus de pertencimento na população e não construiu a figura moderna do cidadão, de indivíduo como sujeito moral e soberano nas suas prerrogativas políticas na sociedade.

As políticas sociais no Brasil têm uma atitude ambígua na conjuntura de acomodação das relações entre o Estado e a sociedade civil. Neste contexto as prioridades governamentais se caracterizam por concessões feitas com o fim de restabelecer mínimos de efetividade social e por uma subordinação aos interesses da política econômica.

De acordo com Vieira, (1992, p. 20-23) a política econômica e a política social expressam mudanças relacionais entre as classes sociais, evidenciam a ação do Estado ao incentivar, ampliar, assegurar e legalizar o capitalismo. Somente é aceitável para o grupo que detém a dominação aquilo que não interfere nos seus interesses. Historicamente a política social se concentra em torno da incompetência para decidir e não está desligada dos reclamos populares em suas reivindicações pelos direitos sociais.

Os problemas ficam escamoteados, escondidos na burocracia e no atendimento individualizado, na compreensão de que as políticas sociais poderiam promover as tão almejadas metas de emprego e renda se fossem bem conduzidos pelos seus dirigentes.

Por outro lado, Soares (2001, p. 13) entende as políticas sociais como um conjunto de políticas públicas em que todos os cidadãos têm direitos e que não se restringem aos programas residuais e tópicos de enfrentamento da pobreza. Recusa a concepção de que somente com a estabilização econômica e um suposto crescimento econômico se resolveriam nossos problemas sociais. Reconhece a necessidade de enfrentamento da crise desde que não haja uma política recessiva e esteja aliada ao desenvolvimento das políticas sociais.

No Brasil, os direitos sociais somente foram reconhecidos em 1988 quando foi sancionada a chamada Constituição Cidadã, a Constituição Federal de 1988, tendo a Política Seguridade Social como uma de suas principais conquistas sociais, institucionalizando uma forma de organizar as iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade civil no acesso aos direitos à saúde, à previdência social e à assistência social. (Art. 194). Neste mesmo artigo, em seu parágrafo único, constam os objetivos que devem nortear a seguridade social, entre eles a universalidade da cobertura e do atendimento. Ainda, a assistência social é reconhecida como uma política pública de dever do Estado, tendo seus objetivos e diretrizes detalhados nos artigos 203 e 204.

Repudia-se, assim, “o conceito de população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimizá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal” (SPOSATI, 2004, p. 42).

Esclarece a lei que segmentos em risco e vulnerabilidades sociais como crianças, mulheres e idosos, ou seja, famílias sem condições de sobrevivência teriam a proteção e o amparo legal da política pública de direitos às pessoas, que então seria uma responsabilidade do Estado.

Muitos embates políticos parlamentares e dos movimentos da sociedade civil organizada se fizeram ouvir para que a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) se efetivasse. O que aconteceu em 7 de dezembro de 1993 quando sancionada a Lei Nº 8.742.

O processo instituinte que levou à LOAS começa a seguir o caminho institucional. Agora é hora de instalar o Conselho Nacional de Assistência Social, eleger seus membros, regulamentá-lo. [...] Grandes definições, inauguram novos caminhos. Discute-se filantropia, entidade da assistência social e política nacional. O CNAS tem papel central nesse momento (SPOSATI, 2004, p. 64-65).

Este papel do Conselho já aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), através da Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na Resolução nº. 130, de 15 de julho de 2005, dentro dos princípios e valores do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Porém, o fato de ser reconhecida a existência de um direito, não garante a efetividade de seu exercício, para isso, a necessidade de uma capacidade estatal de garantir os recursos a uma sustentabilidade orçamentária e financeira que lhes dê a estabilidade.

Os direitos sociais devem ser universais e a proteção social que estes suscitam deve ser pública e gratuita, ou seja, *desmercadorizada pode-se*

indagar por que razão a pobreza e suas múltiplas manifestações [...] têm sido referência incontestada para a organização das políticas sociais públicas, *ao mesmo tempo em que elas têm tido muito pouco a oferecer, em termos de transformação radical das condições de vida da população* histórica e coletivamente vitimada por essa condição. (grifo da autora PAIVA, 2006, p. 18)

Desta forma, concordo com Sposati, Paiva, no tocante a universalização desses direitos, não somente no campo da caridade e para pobres, contudo para o das necessidades humanas ao considerar também, o imenso número de desempregados que o capitalismo causou. É nesta perspectiva que se percebe as ações desenvolvidas no CRAS/Norte, buscam a participação da população do bairro com o fim de democratizar as decisões provenientes da política de assistência social.

Para uma compreensão da fase atual do capitalismo, na qual as políticas sociais enfrentam adversidades, o capital financeiro detém mais de 95% do movimento de capital, como compra e venda de papéis e com ou sem impostos. Isto não produz riqueza e muito menos empregos. O desenvolvimento tecnológico ocupa uma parcela menor de mão-de-obra, com esse excesso de mão-de-obra, representa maior precarização nas relações de trabalho, conseqüentemente, desemprego, aumento do trabalho informal e sem direitos. Com a privatização de escolas, planos de saúde, segurança, fundos de pensão, correios, transporte e outros, grande parcela da população também ficou sem seus direitos. A diminuição dos recursos das políticas sociais, “recomendadas pelo Banco Mundial, centradas na focalização no lugar da universalização, consolidam essas tendências” (SADER, 2004, p. 6-7).

E, no entanto, o direito à propriedade privada dos meios de acumulação – terra, fábrica, comércio, bancos – abrange uma minoria ínfima da população. Enquanto o direito ao trabalho, que se refere à atividade da grande maioria da população, só está consignado na Constituição, sem nenhuma instância que lhe garanta. Quem perde o emprego apelará para quem? Para o Ministério do Trabalho? Para a Justiça do Trabalho? No máximo conseguirá, por um tempo, um seguro-desemprego (SADER, 2004, p.7).

Para a política social é imprescindível haver justiça, garantia de direitos nos quais, atualmente, faltam mediações pensadas, planejadas e responsáveis na busca de superar os problemas do imediato que já estão naturalizados. Portanto:

Há relação entre o singular, o particular e o universal (isto é, entre singularidade, particularidade e generalidade), e sem essa relação não se podem encontrar meios de ultrapassar, no caso com relação aos direitos, os limites do singular, de um lado, e do universal, de outro. Desligá-los é desligar a totalidade do humano. O particular constitui a mediação necessária

entre o singular e o universal, não sendo apenas elo entre eles. Os campos dos direitos e da política social não se apresentam diferentemente. Como realizações sociais, são seres singulares e seres universais, que se desenvolvem por intermédio de particularidades históricas e por mediações (VIEIRA, 2007, p. 60).

O autor completa a sua reflexão sobre direitos e a política social no sentido que o “singular e o universal não se cumprem sem o particular, sem a totalidade do humano, nem conduzem à emancipação humana”. (IBID, 2007, p. 61).

Porque para conduzir à sua emancipação o ser social tem que estar inteiro, consciente, participante nas suas atividades cotidianas, sabendo administrar com ética, dignidade, autonomia os seus direitos e seus deveres. Não pensando, agindo somente pelo individual, imediato e sim nos outros, no coletivo. Por isto concordo com Sposati, nesta resistência cultural brasileira de seguir normas.

Segundo Sposati, (1997, p. 01-03) existe uma resistência cultural da sociedade brasileira em seguir padrões de dignidade e cidadania quanto à aplicação dos direitos constitucionais serem cumpridos. Torna-se necessário uma exigência crítica para consolidar os plenos direitos. Porque este país é de um “**Estado Mínimo histórico**” e para isto, nos convoca a ousar, a remar contra a corrente que exerce uma desmontagem de responsabilidade pública e social. É preciso não considerar a condição de mínimo social ou desconsiderá-la, pois essa é uma condição precária (grifo da autora).

Existe na assistência social uma contradição entre seletividade e universalidade, pois ao interpretar a seletividade por uma perspectiva que alia assistência à pobreza absoluta, limita-se a ações minimalistas em geral pontuais, descontínuas e inócuas do ponto de vista da redução das desigualdades sociais (FERREIRA, 2000, p.142)

Para Sposati, (1997, p. 28) a política de proteção social é para garantir a cobertura de vulnerabilidades, redução de riscos e para defender um padrão básico de vida. Não se refere ao assistencialismo e/ou assistencialização num sentido pejorativo e paternalista. A sociedade deve investir coletivamente na qualidade e socialização da vida em comum, que os riscos são sociais e não do indivíduo.

Políticas de desenvolvimento que abrangem a educação, lazer, cultura, esportes, saúde, todas as que se referem às possibilidades humanas e ao avanço científico e tecnológico para que se viva mais e melhor. Elas devem se inter-relacionar (SPOSATI, 1997, p. 28).

As políticas sociais frente a uma situação de Estado Mínimo ficam reduzidas ao mínimo mesmo, passando muito mais a excluir, assumindo um caráter pontual e emergencial, ao descaracterizar-se como direito social vinculado ao poder econômico. Ibid, (1997, p.28).

De acordo com cada conjuntura específica o Estado se utiliza das políticas sociais

fragmentadas para impor de cima para baixo sua aparência de juiz, procurando manter a forma mercantil da economia, acumulação do capital com todas as suas correlações de força que passam à assistência social a centralidade no enfrentamento das desigualdades sociais e a legitimidade política para a população.

Os avanços e retrocessos na evolução das políticas públicas brasileiras em geral e das políticas sociais antes e após a Constituição Federal de 1988, Soares (2001), faz uma análise minuciosa em sua tese de doutorado e que deu origem ao citado livro. A minha reflexão tem apenas o intuito de entender, analisar as inflexões que esses acontecimentos causaram na vida dos sujeitos da presente pesquisa. Para isso faz-se importante abordar as conseqüências do projeto neoliberal nas políticas brasileiras.

1.2 O NEOLIBERALISMO COMO MODELO DE TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE E IMPACTOS NO BRASIL

Conforme anotações feitas em sala de aula⁴, o neoliberalismo é uma doutrina instituída nas últimas décadas do século XX, que favorece uma redução do papel do Estado na esfera econômica e social. Esta doutrina, em linhas gerais, traz a desregulamentação; privatização e a abertura comercial (compra de matéria-prima de quem quisesse e venda de produtos onde lucrasse mais). Para o Brasil, no ajuste da política neoliberal a pobreza se acentuou, conseqüentemente as expressões da questão social atingiram níveis alarmantes.

Em resumo, concordo com Soares, (2001, p.18) que o neoliberalismo se constitui em diminuir o déficit fiscal para reduzir o gasto público, restringir a política monetária, liberalizar a abertura do comércio exterior, reduzir a tutela do estado com privatizações e desregulamentação da estrutura de preços isto é, livre jogo das forças de mercado.

A sociedade brasileira teve seu desenvolvimento de forma dependente em relação aos países detentores do poder econômico. Uma análise rápida do processo pressupõe considerar que, logo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos buscam colocar-se em nível superior quanto ao poder econômico, em contraposição à União Soviética. O Brasil, inicialmente, não se colocava como aliado e seguia com seu modelo de desenvolvimento nacionalista, até que o golpe militar de 1964 mudou essa configuração.

Após de vinte anos Ditadura Militar no Brasil o movimento da sociedade consegue por fim a este regime e redemocratizar o país. Fato importante neste contexto de volta da Democracia é processo constituinte que teve como resultado a C F/1988, carta que trouxe uma

⁴ Anotações feitas em sala de aula na disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV, (2006) do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus* de Toledo PR, ministrado pela Prof^a. Dra. Marli Renate von Borstel Roesler.

alternativa de construção de um Estado que se coloca como responsável pela promoção dos direitos de cidadania. No entanto, nesta mesma conjuntura ocorre a vinda de um projeto que se contrapõe a C F/ 1988, o projeto neoliberal.

Contextualizando para o campo de estágio e para o objeto de pesquisa desta autora, sobre o trabalho que evidencia a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis residentes no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, verificamos os efeitos do engajamento das políticas sociais ao neoliberalismo, efeitos que se tornaram evidentes e dramáticos em níveis de desigualdades sociais, pobreza, agravamento da miséria e deterioração das condições de vida, desmantelamento das políticas não só para os catadores, mas também, para toda classe trabalhadora brasileira.

Numa avaliação atual da conjuntura político-econômica brasileira, percebe o neoliberalismo como um modelo sócio-político que promove as mudanças necessárias à expansão da globalização.

Aqui compreendida sinteticamente como um processo que vem alterando significativamente o modo de produção: auxiliadas pelas facilidades de comunicação e dos transportes, as empresas transnacionais instalam suas fábricas em qualquer lugar do mundo onde existam as melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matérias-primas mais baratas. Essa tendência leva a uma transferência de empregos dos países ricos, que possuem altos salários e benefícios sociais e trabalhistas, para as nações industriais emergentes que não os têm (OLIVEIRA, 2007, P.143).

Segundo a mesma autora, o neoliberalismo é um modelo adotado nos países ocidentais desde os anos de 1980, apresentando como característica de gestão o afastamento do Estado nos diversos setores da economia. Gera, dessa forma, “desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres do mesmo país” (SOUSA SANTOS, 2002, p.14 apud OLIVEIRA, 2007, p.143).

Para Oliveira (2007, p. 144), o neoliberalismo origina-se do liberalismo clássico, que influenciou os processos de transformação da sociedade no século XVIII ao limitar o poder estatal em benefício da liberdade individual. O neoliberalismo é entendido, desta forma, como o conjunto de formulações teóricas de natureza ética, política e econômica; de conformidade com essas transformações, porém cria barreiras protecionistas em torno das economias mais fortes. Essa opção neoliberal marca o fim da época que se iniciou após a II Guerra Mundial, de grande crescimento econômico em quase todo mundo e de conquistas de direitos sociais. O Brasil vem adotando esse modelo desde o final da década de 1980, mas principalmente na década de 1990 foi que se intensificou o desemprego. Ao longo de décadas o país não consegue superar a exclusão historicamente gerada pela pobreza e desigualdade cujas conseqüências são cidadãos

privados dos direitos sociais básicos.

O processo todo no contexto da globalização sob o comando do capital financeiro em aliança com o capital industrial testemunhou “a revolução técnico-científica de base microeletrônica, instalando novos padrões de produzir e de gerir o trabalho”. Reduziu-se a demanda de trabalho, ampliou-se a pauperização da “população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada” (IAMAMOTO, 2000, p.18).

Com isso, percebemos que as consequências do neoliberalismo no Brasil geraram o agravamento das expressões da “questão social”, dentre estas a pobreza sobre a qual falaremos agora.

1.3 DIFERENTES ENFOQUES DA POBREZA E FORMAS DE MENSURAÇÃO

Segundo Rocha, (2003, p. 11-12) o discurso, atualmente, sobre a pobreza é que pobreza absoluta se refere às questões de sobrevivência física, quando as necessidades mínimas e vitais não são atendidas. A pobreza relativa conceitua as necessidades individuais em função do modo de vida que predomina na sociedade em estudo e as coloca na perspectiva dos que já possuem um mínimo vital. Se forem necessidades nutricionais será denominado como linha de indigência, ou pobreza extrema. A autora atrela conforme a renda das pessoas um valor monetário, associado ao custo das necessidades atendidas como critério de pobreza.

A propósito das diferentes formas de mensurar a pobreza⁵, Carneiro (2005, p. 67) destaca que, essas levam tanto a diferentes resultados quanto à identificação dos pobres e também, quanto aos modelos e propostas de intervenção focadas nas implicações de estratégias de redução da pobreza e da vulnerabilidade. Reconhece em condição de extrema vulnerabilidade, a ausência ou insuficiência de renda ligada em um contexto do mundo do trabalho, onde os pobres não contam com uma rede pública de proteção básica capaz de lhes fornecer patamares mínimos de qualidade de vida. As necessidades básicas insatisfeitas como condições precárias de saúde e nutrição, situações de baixa escolarização, moradias inadequadas, precárias e ilegais, localizadas em lugares insalubres, estigmatizados. Em outra dimensão, vincula-se a isso, um conjunto de situações familiares que envolvem violação de direitos, como trabalho infantil, violência doméstica e abuso sexual, entre outras.

Germano (1998, p. 28-51) aborda as diferentes conjunturas históricas dos programas educacionais de combate à pobreza, implementadas pelo governo brasileiro. Todos os programas partindo sempre de uma decisão de cúpula, (de cima para baixo) sem uma devida participação comunitária. Conforme se pode observar, pretende, a partir do Estado, induzir a participação e o fortalecimento da sociedade civil que tem, também, a mesma idéia das agências internacionais, como o Banco Mundial. Caracterizam-se por princípios comuns neoliberais⁶ na área das políticas sociais. Trata-se de combater a pobreza e a exclusão ao estabelecer parcerias entre o governo federal, estados e municípios em ações integradas, porém, reafirma a perversidade da cultura brasileira, que reedita, constantemente, o clientelismo, o assistencialismo às políticas sociais que estigmatizam as populações pobres. Porque ao lado de uma política para pobres, existe outra política para os ricos e privilegiados com subsídios de recursos públicos.

Nesse sentido de política, além dos pobres, miseráveis e inaptos para o trabalho existem os desempregados que “as classes dominantes invocam a política de Assistência Social como solução para combater a pobreza e nela imprimem o selo do enfrentamento ‘moral’ da desigualdade” (MOTA, 2006, p. 8).

⁵ Os institutos de pesquisas econômicas, como IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e FGV (Fundação Getúlio Vargas), no Brasil, Banco Mundial e CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), criam patamares que indicam o número de pessoas que não possui renda suficiente para garantir suas necessidades básicas – entre eles a alimentação. Porém, os conceitos de linha de pobreza e de indigência seus resultados sobre números da proporção de pobres e indigentes, envolvem um grau razoável de arbitrariedade. Cada instituição ou pesquisador utiliza uma linha que prefere ou uma que lhe possa parecer mais adequada. É por isso que com frequência ocorrem grandes polêmicas sobre o verdadeiro número de pobres e indigentes (IPEA, 2002).

⁶ “Expresso nos seguintes pontos: 1) a *focalização* da assistência em contraposição à universalização do sistema de proteção social (os pobres como prioridade); 2) a *descentralização*, notadamente através da municipalização das ações e serviços; 3) a *privatização*, a parceria com a sociedade civil (a transferência de responsabilidade do Estado para instituições filantrópicas, religiosas e comunitárias, como privatização não-lucrativa).” (GERMANO, 1998, p. 41) (grifo do autor)

Outro fator importante a se considerar no tocante à pobreza é que ela não deriva de causas naturais, desígnios divinos ou muito menos ainda, da responsabilidade individual. Sua origem é social, mantendo uma relação direta com a forma com que a sociedade produz e distribui suas riquezas, agravadas que foram pelo neoliberalismo e com o novo sistema de organização do Capital. Decorreu disso a vulnerabilidade social que deixa à margem do sistema produtivo e do acesso às condições mínimas de sobrevivência uma grande parte da população.

Nas imagens que transformam a pobreza em natureza, a própria história é neutralizada. Presente e visível como paisagem, a pobreza encena o atraso do país – o país dos contrastes. Atraso que parece como o fardo pesado que a sociedade carrega e que vem de uma história sem autores e sem responsabilidades, transformada, portanto, também ela, em natureza que ainda precisa ser capturada e transformada sob o signo do progresso (TELLES, 1999, p.106).

Telles, (1999, p. 106-111). Dessa maneira, a autora evoca a história passada para compreender a lógica da destituição que está na maneira como são construídas as figuras e os lugares de uma pobreza na sociedade brasileira. Para isso faz uma leitura dos historiadores e de uma opinião pública de jornalistas, cronistas, literatos, políticos, médicos, juristas, sanitaristas, engenheiros que tão bem descreveram a história, os acontecimentos e circunstâncias do Brasil urbano do século passado; na compreensão do lugar que ocupava a pobreza nessa sociedade e como convivia com a escravidão, o paternalismo de raízes patriarcais. Na sua recusa em ver a existência de uma questão social – “a questão social é um caso de polícia”. São imagens que por si só justificam a intolerância social, a repressão e perseguição que não estão prontas, nem acabadas porque sempre há algo a observar, apreender: “O popular, na verdade, era o próprio vazio. O legado de um passado que se queria esconjurar aparecia transfigurado no caráter de uma gente que não podia se constituir num povo” (TELLES, 1999, p. 108).

No caso do Brasil, há consenso de que a persistência da pobreza absoluta, do ponto de vista do rendimento, está vinculada à desigualdade. Na verdade, a renda *per capita* de quase R\$3.600 ao ano é bem superior a qualquer valor que possa ser realisticamente associado à linha de pobreza, de modo que a persistência de pobreza absoluta no Brasil decorre da forte desigualdade na distribuição do rendimento. [...] O atual nível de desigualdade de renda gera tensão social crescente, em especial nas áreas urbanas e modernas, onde os contrastes de renda, riqueza e poder são mais evidentes (ROCHA, 2003, p. 178-179).

Está claro que para falar de pobreza em um país com tamanha diversidade como o Brasil, conforme acentua Rocha “Num país continental e de diferenças regionais de desenvolvimento tão marcante com o Brasil, é um resultado natural a diversidade de perfis populacionais, e, especialmente, do perfil entre regiões e estratos” (ROCHA, 2003, p.162),

requer pensarmos a região, estado e cidade em que vive este pobre. Também, está claro, que o cidadão pobre de Cascavel, localizado no sul, não passa pelas mesmas necessidades de um residente na região norte, por exemplo. Pois, a região sul apresenta um quadro educacional desenvolvido, oportunidades no mercado de trabalho, melhores características de conforto do domicílio e ainda, ampla oferta de serviços de saúde. Cascavel é um município com pólo industrial estabelecido, referência no campo da saúde. É preciso considerar isto para pensar a pobreza de que estamos falando. No entanto, apesar de ser uma situação diferente – e por vezes melhor, em relação a outros municípios, regiões, a pobreza em Cascavel também assola muitas famílias.

A pobreza tem como conseqüência a inserção de famílias em uma situação de vulnerabilidade⁷ social, situação de vivência sem ter seus direitos sociais, civis, e políticos atendidos. Desta forma, visando compreender a situação de vulnerabilidade social dos catadores de materiais recicláveis residentes no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, faremos uma problematização sobre esse conceito.

1.4 SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL NAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

Para Carneiro, (2005, p. 68–71) a situação de vulnerabilidade referindo-se à pobreza é entendida como ausência ou insuficiência de renda em sociedades monetarizadas⁸.

Essa condição está ligada à qualidade da inserção dos indivíduos no mundo do trabalho e a deficiência pública de proteção social no acesso a serviços básicos que viabilizem serviços mínimos de qualidade e condições de vida. A autora em estudo, acredita que o crescimento econômico ou a adoção de medidas simples de transferência de renda por si só, não bastam para mensurar o conjunto de condições de acesso e suprimento às necessidades básicas, porque existem variáveis não monetárias como as de ao acesso aos serviços básicos (educação, saúde, habitação, transporte etc.) também aquelas que mensuram processos de natureza

⁷ É importante ressaltar que o conceito de vulnerabilidade está estruturado no entendimento de que os eventos que vulnerabilizam as pessoas não são apenas determinados por aspectos de natureza econômica. Fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, de ciência, etc.), ou vinculados à violência, ao território, à representação política dentre outros, também afetam as pessoas. Segundo Francisco de Oliveira, as situações de vulnerabilidade podem ser geradas pela sociedade e podem ser originárias das formas como as pessoas (as subjetividades) lidam com as perdas, os conflitos, a morte, a separação, as rupturas (ALMEIDA, 2006, p. 02).

⁸ Esta inserção dos indivíduos no mundo em sociedades monetarizadas é a visão que Paulo Freire critica na educação, no sentido que educação é um ato que deposita transfere, transmite valores e conhecimentos. Ele fala de “cultura do silêncio” de uma concepção “bancária” que reflete a sociedade opressora como a educação é usualmente executada nos dias atuais e que isto mantém e estimula uma contradição. De que outra forma os oprimidos poderão ter uma consciência crítica que resulte na sua inserção no mundo, como transformadora? (FREIRE 2005, p. 67-68).

psicossocial (participação, auto-estima, autonomia, capacidades etc.). Enfatiza, que ainda que não seja possível consensuar quais dimensões são as relevantes e sobre o peso a atribuir a cada uma, pois há necessidade, também, de considerar potencialidades e aspectos de natureza cultural, capacidade de organização social das comunidades nesse processo.

Completa, a autora, que não há um conhecimento adequado do problema que a complexa cadeia de causalidades que geram situações de pobreza e vulnerabilidade dispõe. Todas “implicações repercutem no desenho de estratégias focadas na intersectorialidade, que combinem políticas de corte estrutural e de caráter compensatório, que enfatizem os aspectos de autonomia, empoderamento e capital social”, adequadas às demandas específicas do local e capazes de lhes dar respostas às situações de pobreza (CARNEIRO, 2005, p.79).

A vulnerabilidade é alta nos setores de pobreza onde se depara com a precariedade do emprego e da renda da família. Conforme dados da Cepal, (2002, p. 333) na América Latina, somente é possível escapar da pobreza, se duas pessoas da família tiverem uma renda conseguida de trabalho. Constatou-se, portanto, que a falta de oportunidades de emprego, aliada à falta de instituições para os filhos enquanto se trabalha, impossibilita para muitas famílias a superação da pobreza. Outra situação é a ausência do pai, deixando à mulher a responsabilidade dos filhos; também, a proporção de mulheres com filhos fora do casamento e pessoas em unidades familiares ampliadas (família nuclear, com mais parentes). Nesses exemplos, o enfrentamento dessa realidade é limitado à medida que as estratégias são referentes apenas, a amenizar os riscos sociais. O Brasil figura entre os cinco países mais desiguais do mundo (STEIN, 2003, p. 162-163).

A autora completa sua reflexão.

Crescimento e equidade são, portanto, produtos tanto da política econômica como da política social, o que requer um enfoque integrado, isto é, somente a política pública em seu conjunto pode propiciar a transformação produtiva e a equidade. As questões sociais requerem, para seu enfrentamento, uma concepção unificada das políticas econômicas e sociais que ultrapasse a idéia de que o crescimento constitui finalidade da primeira e a distribuição finalidade da segunda respectivamente. O enfoque integrado, apesar de sua complexidade, não ignora os conflitos entre crescimento e equidade e a necessária complementaridade, que pode ocorrer nas duas direções. Esta concepção “integrada” conduz à outra que é a do “desenvolvimento sustentável”, cujo alcance tem sido dificultado pelos problemas latentes do panorama social da região, tendo em vista a capacidade insuficiente e a eficácia limitada das políticas públicas ante as manifestações de privação (STEIN, 2003, p. 163-164).

Stein tem a inteligência, lúcida e propositiva que nós poderíamos até afirmar que ela conheceu a nossa realidade do campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II,

desta autora (anos de 2006 e 2007) do Conjunto Habitacional Julieta Bueno, porque conhece a realidade brasileira da pobreza e da vulnerabilidade que andam juntas. Parece-nos que seria tão fácil uma distribuição igualitária da riqueza se o capitalismo representado pelas sociedades monetarizadas tivessem sensibilidade, porém ela não existe na nossa realidade brasileira.

Respostas que chegam dos organismos internacionais, sociedades monetarizadas de apoio e financiamento para melhorar a capacidade técnica e administrativa, mediante diversos métodos de treinamento, desenvolvimento de programas de estímulo ao uso de tecnologias sem resíduos e limpos, mediante a transferência adequada de tecnologia em todos os seguimentos humanos (IPEA, 2002).

Existe uma grande contradição entre institutos e pesquisadores na avaliação de patamares que definem a linha de pobreza e de indigência, daí a grande polêmica sobre o número de pessoas sem as suas necessidades⁹ garantidas.

Refletir sobre essas contradições levou-nos ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH para uma comprovação que compreende, basicamente, três componentes: longevidade, conhecimento e padrão de vida. Longevidade (expectativa de vida ao nascer), educação (alfabetização e taxa de matrícula), e renda (Produto Interno Bruto – PIB per capita). Seus valores variam de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Todas as pessoas devem poder desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente¹⁰.

O Brasil está na 69ª colocação no ranking do IDH de 2006 (em 177 países no total), com um índice de 0,792 (médio desenvolvimento humano). Apesar de ter melhorado nos critérios educação e longevidade, o Brasil decresceu pois tem mais dinheiro em poupança do que na renda¹¹.

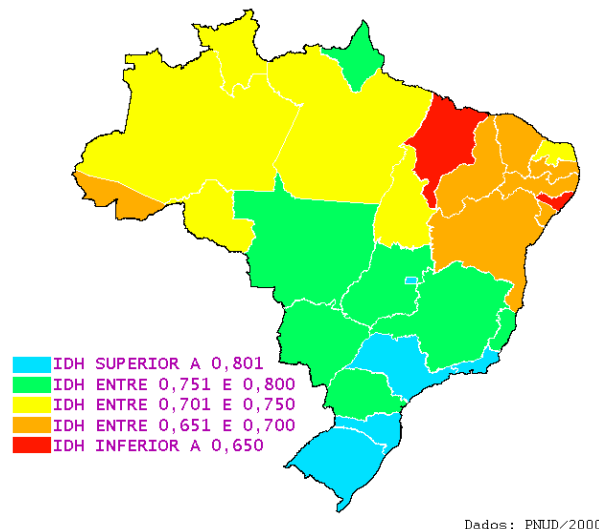
Em educação, o Brasil tem uma taxa de 2,6% de analfabetismo (45º no ranking mundial) e na taxa bruta de matrícula (um dos melhores avanços recentes na área) o Brasil é 26º colocado no ranking mundial. Em educação, o país tem desempenho melhor que a média mundial e regional. A Figura 1 a seguir mostra o IDH dos estados brasileiros.

Figura 1 - IDH dos Estados Brasileiros

⁹ Para Sposati (1997, p. 13) na legislação admite-se que **sobreviver é direito** e esse acesso seria pela “venda da força de trabalho, para ter acesso aos bens através do mercado. Portanto, se o cidadão tem trabalho sobrevive, senão morre”. Considera-se como necessidades para substância as necessidades normais de alimentação, vestuário, higiene e transporte. Percebe-se que são necessidades para o trabalho, ao produzir com sua força as mercadorias necessárias e não consta na legislação, nada sobre educação ou saúde (grifo da autora).

¹⁰ Disponível no portal: <http://www.frigoletto.com.br> Em: 27/05/2007.

¹¹ Disponível no portal: <http://www.wikipédia.com.br> Em: 15/10/2007.



FONTE: (WIKIPÉDIA, 2007).

De acordo com a Figura 1 em âmbito nacional o município de Cascavel está localizado na área que apresenta IDH médio a elevado, apresentando estar entre os melhores índices do Brasil. O mapa abaixo localiza a cidade de Cascavel no Estado do Paraná.

Figura 2 - Estado do Paraná



FONTE: (TECPAR, 2007).

A nosso ver, a realidade de vulnerabilidade social desvenda o quanto é penosa a conquista da igualdade quando esta convive com discriminações e direitos não cumpridos. O debate do que é justo e não justo não conseguem formar uma opinião pública. “Se é verdade que muita coisa mudou no Brasil contemporâneo, se direitos, participação, representação e negociação já fazem parte do vocabulário político [...] a pobreza permanece [...] desvinculada do debate público sobre critérios de igualdade e justiça” (TELLES, 2001, p. 31)

Segundo o pensamento de Hannah Arendt para exemplificar direitos, dando seu ponto de vista sobre a realidade e experiências vivenciadas no totalitarismo, de que “a cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um

dado ele foi construído de uma convivência coletiva, ao pedir o acesso ao espaço público”. E é esse acesso ao espaço público que nos permite a construção de um mundo comum através do processo de afirmação dos direitos humanos (HANNAH ARENDT apud LAFER, 1988, p. 22). Isto é para que os seres humanos não se tornem supérfluos e descartáveis.

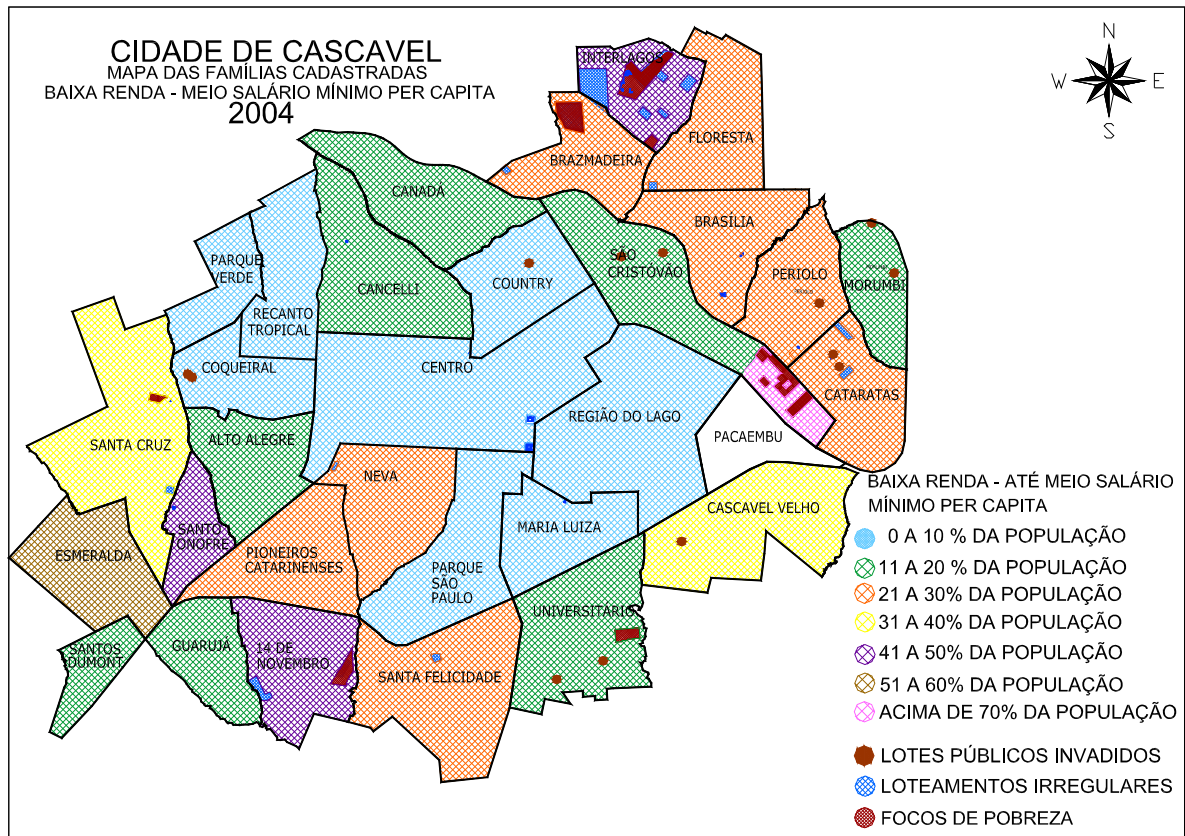
Na interpretação de Castel (1998, p. 24) “vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade”.

Entendemos por “suportes de proximidade” que Castel coloca, no sentido de pertencimento, de fazer parte integrante do que Hannah Arendt acrescenta do acesso ao espaço público. Descobrir a identidade requer a proximidade e a comunicação, ou seja, a troca de idéias, para a descoberta de pontos em comum, no coletivo, no espaço público. Talvez, assim, as fragilidades não se acentuariam tanto nos seres sociais.

Tratado do tema pobreza e vulnerabilidade social, observa-se no mapa da cidade de Cascavel (Figura 3) as áreas de concentração das famílias de baixa renda com menos de meio salário mínimo per capita. E que nos leva a aproximar o entendimento da relevância das ações do Serviço Social no CRAS/ Norte, localizado no bairro Interlagos, junto às famílias com índice de 41 a 50% de população residente no mesmo e dos bairros limítrofes, onde se constata, também, índices de população com renda per capita de meio salário mínimo.

Cabe agora pensar a inserção do profissional Assistente Social na execução das políticas de assistência social no contexto do trabalho e da vulnerabilidade social.

Figura 3 - Mapa de Cascavel



FONTE: (CASCAVEL, 2007).

1.4.1 Trabalho no Contexto de Vulnerabilidade Social

Contextualizando para o campo de estágio e para o objeto de pesquisa desta autora, sobre o trabalho que evidencia a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis, abordaremos, aqui, a forma como se configura na vida dos trabalhadores, que estão envolvidos nesta pesquisa, a manutenção da sua existência com a experiência de submissão a um trabalho informal, na luta diária de cada dia, efeitos que se tornaram evidentes e dramáticos em níveis de desigualdades sociais, pobreza, agravamento da miséria e deterioração das condições de vida, pela precariedade de se inserir num emprego formal, ou melhor, no mercado formal de trabalho. O desemprego que assola o país em toda a sua extensão e o incentivo ao consumismo desenfreado próprio da sociedade capitalista, que se diz, moderna, consumo este que resulta em um enorme volume de rejeitos (lixo orgânico e materiais recicláveis), coloca, ao mesmo tempo, para a categoria dos catadores uma alternativa de sobrevivência, na qual estes obtêm renda por meio da coleta destes rejeitos. O sentido consumista e produtivista gerador de lucros para interesses privados é muito bem colocado por

Loureiro (2002, p. 31–38) quando aborda que o problema não está na tecnologia e

sim nas distorções do sistema que exclui e marginaliza a maioria dos catadores do processo produtivo e ainda estabelece a tecnologia como aparato principal para a proliferação de bens de consumo supérfluos, descartáveis e ambientalmente nocivos.

Para aprofundarmos, também, mais um pouco a discussão sobre vulnerabilidade no entendimento do trabalho, visto como uma categoria-chave, indispensável na representação cotidiana dos seres sociais, partimos da compreensão do processo dialético entre o homem e a natureza que a transforma e se transforma, como diz Netto, “passa a exigir *habilidades e conhecimentos* que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante *aprendizado*” (grifo do autor) (NETTO 2006, p. 31),

Essa relação histórica do homem com a natureza e a transformação em seu favor como uma atividade prática, social e econômica que torna possível a produção de qualquer bem, cria valores que são a riqueza social, assegura satisfazer as necessidades humanas. Estas abrangem não somente questões de sobrevivência, ou seja, que biologicamente a natureza determinou, mas que, de um modo diverso, o trabalho rompe com esse padrão natural. “Estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal” (NETTO, 2006, p. 34).

Segundo Demo, (1980, p. 50) o pobre para sobreviver no mercado de trabalho exige uma estratégia. Porque o trabalhador não pode esperar indefinidamente por um emprego e trabalho satisfatórios. Deve entretanto forçar uma nova situação de trabalho e que passa a ser o mercado informal.

É evidente que o trabalho gera equilíbrio e satisfação em indivíduos que podem escolher de forma livre, de acordo com suas aptidões, a sua atividade profissional. Mesmo operários que fazem tarefas fatigantes e difíceis, atraídos pelo salário e pelo coleguismo, sentem apego e saudade quando são afastados pelo desemprego ou pela aposentadoria (CHRISTMANN, 2006, p.19).

Segundo Dejours (1992, p. 42-43), existem dois sofrimentos em dois sintomas que são a insatisfação e a ansiedade na vivência operária. Aí vêm os temas como indignidade operária, vergonha de ser robotizado, de não ser que um apêndice da máquina, de ser sujo, de não ter mais imaginação ou inteligência, de estar despersonalizado etc. quanto o sentir-se inútil remete à falta de qualificação. Aí a vergonha perante a família, aos amigos e à sociedade. Na falta de perspectivas.

Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme às suas necessidades fisiológicas e a seus desejos psicológicos – isso é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada

(DEJOURS, 1992, p, 133).

Com a queda na oferta de postos de trabalho e ao ficarem desempregados, os catadores de materiais recicláveis em todo país e particularmente na presente pesquisa que tem seu lócus no Município de Cascavel, mais especificamente, no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, procuraram a alternativa do emprego informal e passaram a percorrer as ruas da cidade na tentativa de levar com a venda do material coletado, algo para sua subsistência. Essa é a realidade que se vê, enquanto não aparecer outra perspectiva de trabalho. Estas privações dos usuários que o Serviço Social do CRAS/Norte atende, desvendam a “questão social” que os problemas sociais, políticos e econômicos estão vinculados ao conflito entre o capital e o trabalho.

1.5 SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A “QUESTÃO SOCIAL”

O Assistente Social deve estar comprometido com a crítica ao discurso dominante¹² na sociedade em geral e precisa ser diferente, ou melhor, ter uma forma diferenciada com referências políticas ideológicas de pontos em comum sobre o entendimento da “questão social” que surgiu de uma relação da produção social onde há relações de trabalho que não contemplam o necessário para a sobrevivência dos usuários. Isso dá uma visibilidade que mesmo indivíduos trabalhadores, também passam por privações. Que existe um conjunto cada vez maior de trabalhadores que não conseguem atingir condições que lhes possam garantir a subsistência. Evidência, esta, que mostra que a origem da “questão social” está na relação de produção social capitalista. Desvenda um reconhecimento de que as desigualdades não são resultado de um fracasso individual, e sim que é produto de uma determinada forma de produção e distribuição da riqueza social, de razões políticas, sociais e econômicas, percepção essa, de referenciais teóricos já trazidos do século XIX e que até os dias atuais estão presentes¹³.

Para o Serviço Social brasileiro a questão social é um ponto chave de intervenção social, praticamente, o assistente social se defronta diariamente na sua prática profissional que o leva a questionamentos sobre o precário sistema de proteção social público brasileiro, atrelado ao capitalismo que traz graves conseqüências para os trabalhadores e nas relações de trabalho. A autora, parte do debate que no Serviço Social, a questão social é um elemento central que está

¹² “Há, no entanto, forças poderosas para manter a hegemonia do bloco dominante no controle das parcerias e uso da burocracia para administrar o social. O Serviço Social poderá ser orientado mais para a gestão”. Necessário se torna que haja um desenvolvimento ainda maior da capacidade crítica dos assistentes sociais, “frente às instituições e sua capacidade política de pensar e de agir estrategicamente para enfrentar com eficácia os problemas que se lhe colocam no presente para o futuro”. (FALEIROS, 1996, p. 16).

¹³ Cf. anotações feitas em sala de aula na disciplina de Questão Social II do Curso de Serviço Social da UNIOESTE, *Campus* de Toledo PR, ministrado pela Prof^a. Dra. Zelimar Soares Bidarra.

na divisão da sociedade em classes, onde a riqueza socialmente gerada é muito diferenciada e está sempre se renovando em novas expressões Yazbek, (2001, p. 33). Quando a categoria profissional se reporta ao conceito de “questão social” e que está na tradição marxista, nas Diretrizes Curriculares é o conceito de Gisálio que tem a ver com o entendimento do trabalho. A “questão social”, considerada num sentido universal quer dizer “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21).

Neste conceito está explícita toda a concepção que envolve a ‘questão social’, cuja matriz está principalmente no século XIX, quando a industrialização se iniciou e tornou mais visível a contradição que existe nas relações de trabalho, onde uns dominam, os que detêm o poder de mando e possuem o capital, e os outros, os que são obrigados a obedecer, os que trabalham para os outros que possuem as propriedades e as indústrias, ou seja, os patrões.

Numa análise da questão social Iamamoto (2001, p.10-11) explicita que como parte constitutiva das relações capitalistas ela é apreendida como uma expressão ampliada das desigualdades sociais e vista também, como assumindo contornos e expressões historicamente determinados na contemporaneidade. Para seu enfrentamento deve existir a predominância das necessidades¹⁴ viabilizadas no coletivo dos trabalhadores e com chamamento para a responsabilidade do Estado e a universalização de políticas sociais que sejam voltadas aos interesses das maiorias, firmando um processo histórico nas lutas pela democratização da economia, da política, da cultura e na construção do serviço público.

Na atualidade brasileira existem propostas para este enfrentamento com articulações na assistência que se focaliza na repressão, com a coerção do Estado sem um mínimo consenso democrático. Isto gera inquietação ao desconsiderar “os processos sociais contraditórios na sua dimensão de totalidade que as criam e as transformam” (IAMAMOTO 2001, p. 17–18).

Quanto ao capital globalizado a questão social atinge não somente aos países pobres, mas também, “sob várias formas particulares e distintas”, outros lugares do capitalismo mundial. (IAMAMOTO, 2001, p.21).

A própria ida das assistentes sociais às áreas populares foi que despertou para a realidade social para uma visão mais crítica dessa mesma realidade, em questões relativas à consciência, à politização e à organização popular. Foi essa prática, essa experiência histórica

¹⁴ Com um argumento forte ao considerar que a necessidade, a consciência e a vontade são elementos que contribuem e viabilizam a projeção da construção coletiva, cita, na mesma página, que Agnes Heller nos elucida a compreensão das necessidades humanas e refere-se a uma primeira questão como “à negação quanto à naturalidade das necessidades, pois estas são sociais e históricas, na medida em que se desenvolvem pela mediação da cultura. Neste sentido, só poderemos interpretar a estrutura das necessidades em conexão com o conjunto das relações sociais” (HELLER, 1986 apud RAMOS, 2002, p. 83).

social que as levou a uma compreensão dinâmica, radical e menos ideal dessa prática. O que é fundamental é aplicar uma metodologia rigorosa de conhecimento real, de conhecimento da realidade para que os grupos populares adquiram o método de ler esta realidade. Não um conhecimento acabado, mas uma maneira crítica de conhecer Freire, (2005, p.73-76).

Pereira, (2004, p.112-121) salienta que a questão social se articula ao mesmo tempo com a estrutura e com sujeitos históricos, isto se dá, tanto na sua origem quanto no seu pensamento, pois as mudanças estruturais não são suficientes pelo avanço de forças produtivas. A autora, também, contribui, no mesmo artigo, com uma reflexão do histórico que deu visibilidade e desencadeou todo processo da “questão social”. Questiona o conceito de exclusão social que esconde o conceito de classe social, e está na base da questão social. O status que fez parte sempre do repertório dos direitos de cidadania. Considera que o Serviço Social como uma profissão decisiva para o entendimento e participação no processo político de transformação de problemas, de estados de coisa naturalizados que exigem resoluções públicas ao reintegrar os que se acham à margem de um sistema que não tem capacidade de os integrar. O Serviço Social defronta-se tanto na teoria como na política onde é mais requisitado, seja decidindo, planejando, gerindo ou executando¹⁵. Todos os sujeitos que se envolvem no processo de formação de uma questão sempre estão a favor ou contra ela. Necessário se torna descobrir a natureza de suas intenções, objetivos, interesses, recursos, capacidade de mobilização, alianças e conflitos é um passo importante na análise de políticas públicas. É preciso que:

a) sujeitos sociais conscientes e estrategicamente situados como forças políticas, aproveitem as contradições engendradas pelas mudanças estruturais para problematizar e desnaturalizar iniquidades sociais prevalecentes; b) tais sujeitos inscrevam no pensamento e no discurso dos dominantes, bem como na agenda dos governos, as suas problematizações referentes a fatos reais, regulares no tempo, que estão a exigir respostas políticas (PEREIRA 2004, p.113).

Netto (2005, p.153-160) relaciona autores que como ele, relatam os fatos que desencadearam a questão social do crescimento da pobreza que está na razão direta em que aumenta a capacidade social de se produzir riquezas. Ou seja, quando a sociedade se revela capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumenta o contingente de

¹⁵ Parte a autora para alguns conceitos que considero relevantes como: a) problemas (ou questões potenciais, porque constituem a condição prévia para o aparecimento de uma questão): são identificados com necessidades e demandas ainda não suficientemente problematizados tendo, por isso, a sua resolução política constantemente adiada. Assumem, geralmente, a forma de “estados de coisas” naturalizados que, apesar de produzirem efeitos negativos, não mobilizam forças políticas para o seu enfrentamento. Daí serem também considerados “não-questões”; b) questões: são necessidades e demandas socialmente problematizadas por atores sociais estratégicos e com poder de pressão, que crêem poder fazer algo para mudar “estados de coisas” prevalecentes e se mobilizam porque possuem condições de promover a incorporação de seus pleitos na agenda pública. Só quando um problema se transforma em questão é que as políticas, como estratégias de ação, surgem (PEREIRA 2004, p. 120).

seus membros que não têm acesso efetivo a eles e perdem as condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. O autor questiona e discorda do termo “nova questão social” por ser uma expressão “insuprimível” sem a mudança do sistema capitalista. Pois ela coloca expressões sócio-humanas diferenciadas e complexas, intensificando a exploração que é a sua razão de ser. Existe a necessidade de se considerar essas particularidades culturais históricas e nacionais integradas à própria condição do meio ambiente. É o que no próximo capítulo abordaremos na articulação das políticas.

2 EM BUSCA DA SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: A ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE

Neste segundo capítulo, já numa aproximação com o objeto da minha pesquisa, pretendo abordar a relevância de duas políticas na vivência dos catadores: a da assistência social e do meio ambiente, como caminho de promoção das condições de trabalho e de sustentabilidade¹⁶ dos recursos naturais. De acordo com Magera (2003, p. 82) o uso de recursos naturais de uma determinada região e seus ecossistemas dependem muito mais do processo produtivo e relações socioeconômicas adotadas por sua comunidade que propriamente uma articulação a respeito da problemática ambiental.

O planejamento de políticas ambientais para um desenvolvimento sustentável, baseado no manejo integrado dos recursos naturais [...] obriga a pensar nas relações de interdependência e multicausalidade entre os processos sociais e ecológicos que condicionam o potencial produtivo dos recursos de uma formação social, seus níveis de produtividade e as condições de preservação e regeneração dos recursos naturais (MAGERA, 2003, p. 82).

Na realidade a questão que deve ser observada é que os aspectos de sustentabilidade são bem delimitados e objetivos, como por exemplo, sustentabilidade social que é pela criação de um processo que ajuda a construir uma nova sociedade em que todos possuam iguais direitos e benefícios, não tendo diferença entre ricos e pobres. E como tantas outras sustentabilidades, exemplo, ecológica, econômica, cultural e espacial, mas, como se observa, os três pilares da sustentabilidade são o social, ambiental e o econômico que podemos observar, nos projetos de coleta seletiva.

Para Waldman (2003, p. 555-557) é necessário analisar algumas estatísticas, como por exemplo, a do lixo nacional. Cerca de 60% do lixo nacional é coletado, geralmente, nos bairros de maior poder aquisitivo, permanecendo o restante junto às casas ou atirados nas ruas, terrenos baldios, encostas, mananciais, córregos e rios. Desta forma, nada mais coerente do que uma visão abrangente de cidadania, configurada em responsabilidade compartilhadas difundidas nos mais diversos recortes: social, político, econômico e ambiental.

Iniciamos este tópico apresentando a Agenda 21, pela relevância que representa em

¹⁶ Na definição de "De Camino e Muller, 1993", "a sustentabilidade ecológica implica na manutenção no tempo das características fundamentais do ecossistema sob uso quanto aos seus componentes e suas interações; a sustentabilidade econômica se traduz por uma rentabilidade estável no tempo; a sustentabilidade social está associada à idéia de que o manejo e a organização do sistema são compatíveis com os valores culturais e éticos do grupo envolvido e da sociedade". Na visão do físico e escritor Fritjof Capra, uma "Comunidade Humana Sustentável é aquela que não interfere na habilidade inerente à natureza de sustentar a vida". (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2007)

seus objetivos sociais pertinentes a cada cidadão porque enfocam a proteção à saúde humana, a erradicação da pobreza e promovem assentamentos humanos sustentáveis. É um documento oficializado na ECO 92 no Rio de Janeiro, Universidade Federal do Paraná - UFPR, (2001 p. 13).

“A Agenda 21 reúne o conjunto mais amplo de premissas e recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e a iniciarem seus programas de sustentabilidade” conforme enfatiza Marina da Silva Ministra do Meio Ambiente¹⁷.

2.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESENVOLVIDA PELA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DE CASCAVEL

Segundo documentos pesquisados na Prefeitura Municipal de Cascavel, em 2006¹⁸, a Secretaria Municipal de Ação Social foi criada pela Lei Municipal número 2.464/1994, de 22 de agosto de 1994 e iniciou suas atividades em 16/11/1994. Em sua programação prevista para 1995 inclui a Lei 2.520/1995, que criou a Conferência, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social.

Houve participação do Município de Cascavel na implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)¹⁹ no Estado do Paraná, com representante na Secretaria Executiva do Fórum Estadual de Assistência Social, com participação efetiva na Conferência Estadual e Nacional. Realimentando, assim, através de informações e materiais de apoio, o processo de sua implementação no Município. Já constava, no referido documento, a visão de descentralizar competências decisórias, executivas e financeiras; processo que vigora na atualidade.

Contudo, a estrutura da Secretaria Municipal de Ação Social, não é suficiente para atender toda a demanda posta, pois o Município de Cascavel, em especial, a cidade, se desenvolveu economicamente, se estruturando, mas, junto com o desenvolvimento, vêm, também, as mazelas sócias decorrentes do sistema capitalista. Decretada a Lei nº. 790/51 de criação do Município de Cascavel PR, no dia 14 de Novembro de 1951, no auge do ciclo das

¹⁷Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597>> Acesso em: 26/10/2007.

¹⁸ Documentos da PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. In: CHASSOT, N. M. *Construção Aproximativa com o Campo de Estágio*. UNIOESTE *Campus* Toledo, 2006.

¹⁹ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Elaborou, aprovou e tornou pública a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovou e implementou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistentes Sociais, realizada em Brasília em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/ SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (**Brasil Um País de Todos**. Brasília, 2004).

madeireiras, e das empresas colonizadoras.

A população mais vulnerável passa a ser atendida pela Política de Assistência Social, através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), executores dos Serviços de Proteção Social Básica, segundo o MDS.

2.1.1 Centro de Referência de Assistência Social e os Serviços de Proteção Social Básica segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Segundo documentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, (2004), a proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privações (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou de deficiências, dentre outras).

O desafio é a questão da autonomia do usuário no usufruto do benefício que visa cobrir determinadas necessidades imediatas em razão de contingências, relativas a situações de vulnerabilidades temporárias, a situação de desvantagem pessoal ou a ocorrências de incertezas que representam perdas e danos.

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais²⁰, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários, com ênfase às famílias contempladas com programas de transferência de renda do governo federal, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial.

Os serviços de proteção social básica são executados de forma direta nos CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como, de forma indireta, nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

O CRAS realiza os atendimentos tendo como referência a política social de assistência social, orientando-se pelas normatizações do MDS, e sendo fiscalizado pela Secretaria Municipal de Ação Social.

Pensada as linhas gerais que norteiam as ações do CRAS no geral, cabe então discorrer sobre o CRAS de Cascavel, lócus desta pesquisa.

2.1.2 A Realidade Interventiva do Centro de Referência de Assistência Social CRAS/Norte de Cascavel

²⁰ No caso específico do CRAS/Norte do Município de Cascavel, as demais políticas envolvidas são as Políticas de Saúde, Educação, Moradia, Assuntos Comunitários, Criança e Adolescente, Idoso, Meio Ambiente e Outras.

A realidade vivenciada no campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, desta autora (Anos de 2006 e 2007) no CRAS/Norte situado no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, apresenta as dificuldades inerentes do serviço público, ou seja, faltam verbas, pessoal técnico e administrativo, equipamentos, materiais diversos. Por isso, não é suficiente para atender toda a demanda como se gostaria pela realidade vivenciada de pobreza e de vulnerabilidade social. O conceito de Laura Tavares sobre as marcas da desigualdade dão a devida visibilidade à situação:

Para superarmos as marcas da desigualdade estrutural bem como as conseqüências da recente “modernização excludente”, além da implementação das inevitáveis medidas de curto prazo no enfrentamento da miséria extrema, temos também a obrigação de pensar alguma perspectiva de futuro que comece a ser construída no presente. Nessa perspectiva, mais do que nunca, torna-se imperativo uma verdadeira Política Social que deixe de ser residual e que represente, ela mesma, uma alternativa real de desenvolvimento que incorpore nos circuitos de cidadania aqueles que nem tão cedo terão condições de incorporar-se pelo “mercado”. É preciso superar o argumento do possível frente à suposta impossibilidade de alternativas frente à pobreza que se impõe e, sobretudo, frente à política econômica que ordena todas as demais políticas. Mesmo que não seja essa a intenção, essa postura termina por transformar a política social em um complemento possível da política econômica, numa relação de subordinação que limita as escolhas. Esse complemento se traduz, quase sempre, em programas emergenciais de combate à pobreza, cujo horizonte é obscuro dado o caráter de “enxuga gelo” que essas estratégias emergenciais assumem frente à reprodução (e, em alguns casos, ampliação) das condições geradoras de pobreza. (SOARES, 2004, p.1).

Segundo Netto (2003) sabemos o quanto é difícil o enfrentamento da “questão social” que esbarra no poder econômico. Mesmo que o Estado se antecipa e oferece uma solução neutralizadora de qualquer demanda “as políticas sociais são campos de tensões, seja na sua formulação, projetos, objetivos ou na sua implementação quando os técnicos têm um papel central, pois são os executores de políticas sociais”.

Netto (2003) confirma o valor dos técnicos executores das políticas sociais porque sem eles tudo ficaria no papel. Sabemos o quanto é difícil o dia a dia, ou seja, o cotidiano²¹ desses técnicos no atendimento na formulação dos planos, programas e projetos.

O CRAS/Norte²² Campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social, localizado

²¹ NETTO, J. P.; CARVALHO, M. do C. (2000 p. 66.) “O cotidiano não se desloca do histórico – antes, é um dos seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais”.

²² O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade estatal de base territorial localizada em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até 1000 (mil) famílias/ano. Executa serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social. (Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

na região norte da cidade de Cascavel²³, foi instalado nesta região da cidade mediante um prévio diagnóstico social realizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Esta é considerada uma região de altos índices de pobreza e violência Chassot (2007), portanto, como diz Netto (2003), “[...] é onde estão os técnicos executores das políticas sociais”. Realiza, sob orientação do gestor municipal de Assistência Social, o mapeamento e a organização da rede sócio-assistencial de proteção básica e promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social local. Faz, também, o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, evitando que estas famílias e indivíduos tenham seus direitos violados. O município foi dividido em quatro regiões estratégicas, onde realmente se concentra o maior número de fragilidade com relação às condições de vida, trabalho e renda, afetando diretamente seus vínculos familiares e comunitários. Estas regiões passaram a ser denominadas como regiões Norte, Sul, Leste e Oeste. Compreendendo um dos maiores indicativos de vulnerabilidade social na Região Norte, que abrange os bairros: Brasmadeira (Caiobá, Tocantins, Rio Branco, Lumar, Garbim), Interlagos (Melissa II, Conj. Julieta Bueno, Conj. Simplesmente Cidadão, Tarumã, Abelha, Jesuítas, Araucária e Paranaguá), Floresta (Clarito, Pazzinato, Colonial), o que abrange aproximadamente 28.600 famílias.

Através deste espaço os serviços de proteção social são destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social. O sistema de garantia de direito exige muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

²³ Artigo publicado: Chassot, (2007), por esta pesquisadora no II Simpósio Regional de Formação Profissional em Serviço Social e XVI Semana Acadêmica - UNIOESTE: *Campus* Toledo, (2007), CRAS/Norte – Cascavel/Pr: Campo de Estágio do Serviço Social apresentando a sua vivência no campo de estágio supervisionado em Serviço Social – supervisão acadêmica Prof^a. Dra.Marli Renate von Borstel Roesler.

Segundo, Muniz et al. (2007)²⁴ os trabalhos são realizados por uma equipe multidisciplinar composta por Assistente Social, Psicóloga, Pedagoga, Socióloga, Orientadores Sócio-Ambientais, Estagiários, Zeladora, Guardas Patrimoniais. A equipe do CRAS tem a responsabilidade de prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância referente à vulnerabilidade social da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios.

As ações do CRAS compreendem: atendimento, entrevista e cadastro, encaminhamentos aos outros serviços sócio-assistenciais, visitas domiciliares, esclarecimentos e orientações, projetos de geração de renda e inclusão produtiva, acompanhamento psicossocial às famílias, grupos sócio-educativos, grupo de convivência de idosos, apoio à Associação e Cooperativa de Catadores, Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, grupo de capoeira e de *hip hop*, abertura de campo de estágio e atendimento jurídico através de parcerias com instituições de ensino superior Muniz et al. (2007).

São as ações que têm abrangência também na região onde está inserido o Conjunto Habitacional Julieta Bueno, este segundo Bortolotto, (2005)²⁵, o Conjunto Julieta Bueno, é resultado da política pública habitacional municipal, tendo por objetivo retirar as famílias residentes nas áreas verdes e fundos de vale e moradias de risco do município. As famílias mudaram-se para o Conjunto a partir de abril de 2002 na conclusão da obra. Eram provenientes de todas as regiões da cidade e traziam características comuns, como analfabetismo ou baixa escolarização, desemprego, baixa renda, e elevada composição familiar e tinham as mais variadas profissões como diaristas, domésticas, coletores de recicláveis, serventes, jardineiros. Em termos sintéticos, pode-se dizer que neste local ocorreu uma série de problemas como dificuldade de adaptação, violência, taxa maior de desemprego, devido à distância que era maior entre a periferia e o centro da cidade, ocasionando a demissão desses trabalhadores. A saúde se precarizou de forma acentuada com a vinda de mais 457 famílias e aproximadamente 2.500 pessoas, já que o posto de saúde mais próximo que funcionava ali, naquela época, a Unidade Básica de Saúde Interlagos (UBS) não conseguia atender a demanda com baixa infraestrutura e poucos profissionais.

Nesse sentido, Yamamoto, (2000, p. 33) afirma que: “Essa é a raiz de uma *nova pobreza* de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não

²⁴ Artigo publicado: Muniz et al (2007), por esta pesquisadora, em parceria com a equipe: Sandra Cordeiro Muniz, Anamel Marthius de Oliveira, Claudimara Bortolotto, Jonatas dos Santos Barreto, Neida Maria Chassot, Rosângela Benedita Gouveia no **3º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. O Centro de Referência de Assistência Social da Região Norte de Cascavel/PR CRAS: Reflexões sobre os Impactos das Ações de Proteção Social Básica junto a População da Região**. Cascavel, 2007.

²⁵ Documento histórico elaborado por: Claudimara Bortolotto – Socióloga da Assessoria dos Assuntos Comunitários. Cascavel PR., 2005. (Fonte: CRAS – Região Norte).

têm mais lugar no mercado de trabalho” (grifo da autora).

No local se encontra um grande contingente de catadores de materiais recicláveis que são sujeitos das ações do CRAS e sujeitos, também, dessa pesquisa de Conclusão de Curso. Considerando as inúmeras problemáticas que envolvem a atividade dos catadores de materiais recicláveis em todo país e particularmente em Cascavel, acreditamos na necessidade de aprofundar o estudo sobre a vulnerabilidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis. Cabe colocar, a catação – é entendida nesse trabalho, como um indicador de desemprego, pobreza e trabalho informal, como denota a forma como o assunto é tratado atualmente, pela sociedade capitalista na qual a precarização do trabalho exclui grande parte da população do trabalho formal.

2.2 POLÍTICA AMBIENTAL E AS AÇÕES DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – CASCAVEL – PR

A Política Nacional de Educação Ambiental é uma proposta programática de promoção da educação ambiental em todos os setores da sociedade. Diferente de outras Leis, não estabelece regras ou sanções, mas estabelece responsabilidades e obrigações. Todos têm direito à educação ambiental, cabe ao Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal definir as políticas públicas que promovam a educação ambiental, já instituída na Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999²⁶.

O Respeito e o afeto formam uma dupla de valores e sentimentos que atravessam a história. Estes são critérios fundamentais, juntamente com vários outros, como ética, profissionalismo, pertinência etc., para o desenvolvimento de qualquer perspectiva educativa e bases para a consolidação da chamada sociedade sustentável. (REIGOTA, 2002 p.08-09)

De acordo com Layrargues (2002, p. 133-146) a questão ambiental associa-se fortemente ao conceito de risco ambiental, uma vez que é crescente a percepção de que um dos componentes vitais da qualidade de vida humana é o ambiente ecologicamente equilibrado. Considerando a percepção de risco ambiental, a noção não é inata, mas sim apreendida, este tema deve ser incorporado na prática da educação ambiental, pois enquanto a sua finalidade residir na formação de comportamentos ambientais saudáveis, ela depende de uma coerente percepção das causas de risco por parte dos educandos. Os educadores acreditam que existem uma multiplicidade de formas coletivas da sociedade participar, e que entre elas, o direito de ser consultado antes de uma decisão do poder público. Para isto vem a negociação e mediação, a

²⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9795.htm> Acesso em: 28/ 10/2007.

participação na decisão propriamente dita; transcendendo assim, a perspectiva puramente individualista de participação.

O problema é que a cidadania não é algo que se espera receber passivamente de mão estendida como um presente. Da mesma forma, a política ambiental não é um conjunto de princípios listados no papel pelo poder público, e sim fruto dos embates travados no universo da participação em busca de autonomia e emancipação política, que só será institucionalizada caso a permeabilidade do estado tenha sido rompida pela força vencedora da sociedade organizada.

Há que se atentar para uma implicação de ordem ética decorrente da prática da educação para a gestão ambiental. Na medida em que recorre à concepção do risco ambiental para o ser humano, devido sobretudo à perda dos serviços dos ecossistemas.

Afinal, o limite, o argumento central aqui utilizado é a necessidade pragmática de se proteger a natureza apenas porque ela protege as condições de existência do ser humano, e não por causa do valor intrínseco do direito à vida.

2.2.1 O Paradoxo da Modernidade: Crescimento Econômico e Geração Sustentável de Lixo

Na relação do sistema de produção social capitalista que é o grande responsável pelo consumo em larga escala da atualidade, depara-se com as complexas conseqüências do fato que a partir deste ponto se fará uma reflexão sobre a questão do lixo reciclável.

A especificidade da indústria de reciclagem consiste em transformar as seqüelas do processo de destruição ambiental em um novo objeto da produção mercantil, estruturando o seu processo produtivo através da adoção de novas tecnologias, do uso de materiais recicláveis e da organização de uma determinada forma de cooperação entre trabalho que começa na rua e continua na fábrica (MOTA, 2002, p. 10).

Segundo Gonçalves, (2005, p. 87) há, na história, desde épocas primitivas quando os seres humanos começaram a se agrupar, o aparecimento da existência de resíduos. Na medida em que os avanços dos processos de industrialização, crescimento demográfico e urbanização aumentaram, também cresceu a produção desses, conseqüentemente, gerando uma grande produção que passou a ser diversificada e perigosa.

O excessivo uso de recursos naturais como matéria-prima para a produção industrial, acompanhado por hábitos de consumo e desperdício altamente estimulados pela população, contribuíram para a geração ampliada e variada de resíduos. Neste contexto, cada vez mais produtos são fabricados, redundando em mais e mais resíduos. Isso é agravado com a utilização crescente de embalagens descartáveis de alumínio, de ferro, de vidro, de

plástico e de papel (GONÇALVES, 2005, p. 87).

Essa produção em massa que a autora relatou, fornece-nos, também, uma saída para a destinação final do lixo. Porque se a produção está num consumo desenfreado da sociedade, ela também, passa pelo econômico, portanto, a destinação final passará da mesma forma. É o que já no ano de 2007, quando verificamos, por exemplo, o preço das latas de bebidas e refrigerantes, por causa do seu valor financeiro na reciclagem, já agregou valor na venda. Com isto, toda classe de catadores de materiais recicláveis no Brasil, sofre a concorrência de outras categorias profissionais, que da mesma forma, precisam vender algum material a ser reciclado a fim de aumentar o seu salário.

Além dos dois anos de estágio no CRAS/Norte localizado no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, onde se teve oportunidade de presenciar, conhecer e aprender sobre os catadores e suas famílias, existe toda uma vivência de cidadã residente no Município de Cascavel há 46 anos, período em que foi possível realizar observações e também participar da dinâmica das relações sociais cascavelenses, experiência como professora do ensino fundamental, época anterior ao Curso de Serviço Social/UNIOESTE. A partir dessa vivência se pode descrever:

O catador de material reciclável, também conhecido como coletor é aquele que recolhe todo tipo de material que pode ser reaproveitado, como latas, plásticos, papéis, vidros e alumínio. Muitas vezes, trabalham em cooperativas, com outros coletores, passando em condomínios, empresas e residências para recolher este material, que posteriormente será separado por ítems e vendido a depósitos (aparistas) ou empresas de reciclagem.

Em entrevista realizada com Jonatas dos Santos Barreto, Orientador Sócio Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, Cascavel, 2007, para se tornar um catador de material reciclável, não é exigido uma formação profissional. Muitos trabalham por conta própria, separando os materiais recicláveis do lixo orgânico, o que caracteriza uma atitude de alto risco, devido à possibilidade de transmissão de doenças e presença de materiais cortantes. Seria importante a organização profissional em cooperativas de catadores para que houvesse também a prevenção à saúde. Observar o horário de trabalho estabelecido e os pontos de coleta determinados. Nestes locais, o lixo já deverá ser separado para facilitar e tornar mais digno o trabalho do coletor. Algumas cooperativas oferecem capacitação constante para seus cooperados, como, por exemplo, a melhor forma de separar os materiais recicláveis, como se prevenir de doenças e cuidados com o meio ambiente. Podemos citar três tipos de catadores: aquele que se considera catador como principal ocupação profissional, aquele que vive de renda da coleta como bico e o atravessador, que compra apenas o material do catador que faz a sua

coleta porta a porta e revende para as empresas, obtendo um lucro na transição.

Nas palavras de Ribeiro:

Discutir os temas da cidadania e do ambiente remete a questões de caráter ético político. Mas também a esferas do mundo material. Trata-se de permitir que a livre expressão, uma das maneiras de interpretar e praticar a cidadania possam ser exercidos sobre a base material que sustenta a vida humana. Diante de um cenário de escassez de recursos naturais, é preciso muita capacidade de organização política para conciliar interesses diversos. O desafio consiste na elaboração de uma ética ambiental que permita a livre expressão também no campo da reprodução material da vida (RIBEIRO, 2003, p. 399).

Em meados da década de 1950, no Brasil, já é conhecido o trabalho de catação ou o trabalho cotidiano de pessoas que saem às ruas por meio da coleta seletiva dos resíduos sólidos, como meio de garantir o próprio sustento, bem como sustento da família. Estima-se que o número de catadores de materiais recicláveis no Brasil, seja aproximadamente 500. 000 (quinhentos mil), sendo 2/3 na cidade de São Paulo. (Fonte IBGE).

Segundo, Barreto (2007), no ano de 2001, os catadores de materiais recicláveis se organizam politicamente em grupo dando origem ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, que protagonizará na construção de sua história mudanças significativas para a vida de todos os catadores, oportunizando trabalho no campo da reciclagem dos resíduos sólidos, discutindo na esfera ambiental ao protagonizar no cenário do trabalho o reconhecimento como parceiro prioritário das instâncias municipais, estaduais e federais na coleta seletiva do material reciclável. Dar-se-á, assim, origem para o campo propício de novos autores e novas instituições dentro desse cenário, econômico e sustentável.

No ano de 2002 foi instituída a portaria 397 e a ocupação de Catador de Material Reciclável começou a figurar no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) sob o número 5192, é o que mostraremos a seguir neste quadro.

Quadro 1 - Ocupação de catadores de materiais recicláveis

Funções Relacionadas	Descrição Sumária	Condições Gerais de Exercício	Formação e Experiência
Catador de ferro velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de Sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa).	Selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.	O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.	O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros.

FONTE: (SILVA, 2006, p 17)

Como podemos constatar no quadro acima o catador tem diversas ocupações, funções e para exercê-las não há necessidade de uma formação profissional, embora sempre sejam aconselháveis cursos para sua capacitação, proteção e segurança. Passaremos a refletir.

2.2.2 Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cascavel

É um órgão executivo, que tem como objetivo desenvolver a proteção dos sistemas naturais e o controle de qualidade ambiental na área urbana do município. Atua na fiscalização da poluição do solo, poluição visual, exploração de veículos de divulgação, poluição hídrica, monitoramento das ações das indústrias quanto suas ações, incluindo a emissão de resíduos e poluição sonora.

As atribuições que norteiam o sistema de coleta seletiva municipal que deveria ser proporcionado pela Secretaria de Meio Ambiente para o desenvolvimento da coleta seletiva através dos catadores de materiais recicláveis, atualmente não acontecem. Esta Secretaria realiza no local apenas atividades de educação ambiental, que se encontra anexa a sede do ECOLIXO²⁷, reduzindo, assim, o público alvo que seriam os grandes geradores de opinião. O

²⁷ Programa Coleta Seletiva para a Reciclagem (ECOLIXO) também chamado de Central de Triagem e Processamento de Materiais Recicláveis (CTPMR), situado à Rua Manaus n°. 1524 Bairro Country Cascavel PR, CEP: 85.813-100 Telefones: (045) 32240637, 32221428, 32226532. Programa público de coleta seletiva para a reciclagem de materiais mantido e administrado pelo Governo Municipal, visando sustentabilidade ambiental, social e econômica, tendo como diferencial proporcionar geração de renda e inclusão dos catadores informais.

trabalho de base da educação ambiental não se completa em conhecimentos e no atendimento à população, por isso são realizados projetos complementares realizados pela Secretaria de Ação Social em parceria com sociedade civil organizada.

2.3 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E A ORGANIZAÇÃO DAACAMAR

O ser humano nasce já inserido em sua cotidianidade. O seu amadurecimento significa, em qualquer sociedade, de acordo com Heller (1989, p. 18) que “o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade”.

Na vida cotidiana dos catadores de Cascavel é em grande medida, heterogênea, de um trabalho informal árduo, competitivo, onde passam por privações e preconceitos. O lazer e o descanso quase não fazem parte de suas vidas. Além do preconceito vivenciado pelos catadores há o poder econômico, a diversidade cultural que os afasta cada vez mais para bairros distantes ou áreas verdes de preservação ambiental.

Segundo Ribeiro (2003, p.405) o crescimento econômico foi considerado até as últimas décadas do século XX como medida para a indicação da qualidade de vida. A partir do exemplo brasileiro descrito em seguida.

O PIB Brasileiro chegou a oitava posição mundial na década de 1980 e as atividades industriais e de serviços predominam na economia há décadas. Isso não foi suficiente para alterar a distribuição da riqueza no país, que manteve enormes diferenças, socioeconômicas entre a população, resultando em uma extrema desigualdade social não observada em países de renda média alta e de renda alta. (RIBEIRO, 2003, p. 406)

Conforme Ribeiro (2003, p. 399-417) os indicadores de desenvolvimento, o IDH, não medem a diversidade cultural dos grupos sociais. Uma grande parte da população pobre acaba ocupando áreas destinadas a proteção ambiental, retira a cobertura vegetal de unidades de conservação ambiental, às vezes até ocupa áreas de risco a beira de rios, sofrendo contaminações e desenvolvendo doenças (dejetos, venenos e outros). O perigo de vida pela ausência de políticas sociais que lhes garanta o acesso à habitação. A sustentabilidade e cidadania envolvem uma dimensão ética que aponta ao esgotamento de recursos naturais não renováveis, a ausência de políticas sociais que contenham uma previsibilidade na promoção de idéias, valores e ações que de forma cautelosa de cuidado ambiental combinem qualidade de vida e desenvolvimento sustentável com cidadania.

Os catadores de matérias recicláveis de Cascavel vêm se destacando num cenário relevante de crescimento populacional desde meados da década de 1960. Hoje chega aproximadamente a 300.000 habitantes, agravando a desigualdade social, o desemprego e com ele, o emprego informal; fomenta, assim, o crescimento dos trabalhos catadores de materiais recicláveis no Município de Cascavel que aproximadamente, chega a 1.200 catadores (Fonte: Secretaria Municipal de Ação Social, 2005)²⁸.

A administração que se instalou em Cascavel em 1º de janeiro de 1993, trouxe um melhor atendimento dos serviços públicos municipais, destacando-se os serviços de coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (lixo), gerados no município. A seguir um quadro que demonstra a realidade da cidade.

Quadro 2 - Cenário da limpeza urbana

ANO	1995	2000	2005
Responsável pelo Serviço de Limpeza	Empresa Contratada	Empresa Contratada	Empresa Contratada
Estimativa de Lixo Coletado	119 toneladas/dia	130 toneladas/dia	190 toneladas/dia
Tipo de Disposição Final	Aterro Sanitário	Aterro Sanitário	Aterro Sanitário e Aterro para Inertes

FONTE: (ROMANÍ, 2003 apud LUPEPSA, 2007, p. 43).

Nota-se um aumento muito grande e rápido de população na região urbana e conseqüentemente, uma diminuição desta população na área rural, gerando o aumento do lixo e os problemas. No entanto, hoje, é responsável por todo o lixo do município uma empresa privada que foi contratada pelo Município de Cascavel para executar estes serviços. Os catadores de materiais recicláveis não foram incluídos nos projetos municipais de limpeza pública, porque não houve uma visão social por parte da Prefeitura.

Segundo Romaní (2003, p. 7-9) a Câmara de Vereadores do Município de Cascavel preocupada com o crescimento populacional e a geração de lixo, aprovou a Lei nº 2.366/93 que já autorizava, na época, o poder público municipal a patrocinar o serviço de tratamento e reciclagem do lixo. O autor relata que já existia um mercado informal de comercialização dos materiais recicláveis através de catadores, aparistas e indústrias beneficiadoras. Porém, não seguiam nenhum programa de incentivo à participação da sociedade e de regularização do trabalho dos catadores.

De acordo com Lupepsa (2007, p. 41) num contexto histórico, a Prefeitura de Cascavel recebeu no ano de 1999 recursos do Orçamento Geral da União, para a construção de

²⁸ Dentre a equipe técnica, ressalta-se que a Assistente Social Luzia de Aguiar Soares, Gerente de Proteção Básica Social da Secretaria Municipal de Ação Social – SEASO, prestou sempre especial atendimento para essa pesquisadora nos anos 2005 a 2007.

uma central. Tratava-se de Programa de Saneamento da antiga Secretaria Especial de Desenvolvimento Humano (SEDU). Este projeto priorizou o trabalho de capacitação dos catadores para trabalharem melhor na coleta, bem como aquisição de carrinhos, uniformes e equipamentos de proteção como luvas e botas.

Aliado a isso, a municipalidade realizou um trabalho de educação ambiental com a população em 10 bairros da região central. Onde parte dessa orientação era feita pelos próprios catadores com a distribuição de folhetos e explicações de casa em casa.

As obras da referida central e o Projeto de Trabalho Técnico Social foram finalizadas no ano de 2000. Assim os catadores passaram a ser denominados como Agentes Ecológicos e a central administrada pela Prefeitura Municipal de Cascavel Esta procurava vender o material pelo melhor valor que conseguisse, subtraindo apenas o suficiente para manter a central em funcionamento. Com isto, conseguiu agregar valor ao produto e praticamente forçou os depósitos e atravessadores a subir o preço praticado para poder acompanhar a valorização proporcionada pela central, chamada de Central de Triagem e Processamento de Materiais Recicláveis (CTPMR).

Em 2001 este programa foi inscrito no Programa Caixa de Melhores Práticas em Gestão Local e foi classificada entre as 10 melhores do país. A premiação foi no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na forma de Estudo de Caso, pago diretamente para a empresa contratada, no caso o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Na conclusão do Estudo de Caso destacou-se de acordo com Romaní (2003) a importância de estender o trabalho de orientação para a separação do material reciclável para o resto da cidade, bem como a de serem criados entrepostos em regiões estratégicas do município, pois a distância até o CTPMR é grande para uma parcela considerável de catadores.

Demo (1992) afirma que a sociedade brasileira é tipicamente desmobilizada com fraca capacidade de pensar e gerir coletivamente a causa pública, sem poder emancipatório suficiente para pensar, assim tendem a construir um domínio sobre a população economicamente desfavorecida o que a torna dependente do poder público. (Demo, 1992 apud Layrargues 2002, p.139-140)

Para Barreto (2007) os catadores tinham acompanhamento da Secretaria Municipal de Ação Social, onde foi criada a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis – ACAMAR. Em 2004 realizou-se capacitações com alguns destes trabalhadores por uma equipe da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) de Cascavel/PR Após isso, no mês de junho desse mesmo ano, foi criada a COOPERAGE – Cooperativa dos Agentes Ecológicos, que na realidade não foi oficial e legalmente efetivada, ficando sem existir de fato.

Os catadores que passavam por dificuldades, se faziam ouvir, aglomerando-se no

centro da cidade, pois é onde aparentemente existe a maior quantidade de materiais, mas além de não atingirem seus objetivos com esta prática, travavam disputas injustas entre si, pois o material não era suficiente para todos. A sociedade não dava crédito a estes catadores e não colaborava para uma melhor separação deste material.

Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Cascavel e a sociedade civil organizada estavam idealizando e planejando um trabalho mais efetivo junto a estes catadores, dando continuidade ao que já foi começado no passado, ou seja, aproveitar algumas pessoas inseridas e dotadas de uma certa qualificação anterior, para trabalhar na reorganização dos catadores pela urgente demanda da cidade.

Para tanto, devido às tentativas anteriores não concluídas, por questões políticas, existia certa hesitação para a implementação de algum projeto mais efetivo com relação à organização dos catadores, isto, apesar de terem como parceiro da ação a Empresa Itaipu Binacional que desenvolve o projeto Coleta Solidária na Região da Bacia do Paraná III com o fornecimento de prensas, entrega de carrinhos adequados para a coleta de materiais recicláveis, uniformes e palestras. Destacamos, também, a importante parceria com a Caixa Econômica que está sempre ao lado dos catadores. As atividades que estes catadores desenvolvem são em 98% do sistema de coleta da cidade, executados de porta em porta, ou de casa em casa pelas ruas da cidade, porque poucos possuem pontos fixos de coleta. Sobre essa porcentagem a Prefeitura Municipal deveria tratar a categoria que presta tão relevante serviço, ao menos com igual retorno em melhor valoração pelos materiais recicláveis que comprados catadores.

Segundo, Barreto (2007)²⁹ é relevante salientar que há aproximadamente 12 anos, o município de Cascavel vem realizando tentativas de organização desta categoria profissional. Durante este período foram realizados estudos e pesquisas por diversas instituições com intuito de apontar estratégias de fortalecimento da categoria. Agora, na atualidade é que começa a despontar os resultados dos trabalhos até então desenvolvidos. Os catadores passam a se perceber enquanto sujeitos políticos, capazes de coletivamente participar nas políticas públicas, em especial a política de assistência social.

Algumas tentativas foram realizadas para que este processo de coleta seletiva municipal proporcionasse um respaldo de gestão social para o catador, porém, não houve interesse econômico e nem político para esta realização. A seguir destacamos um breve resgate histórico da fundação da ACAMAR, segundo o documento Ata das reuniões desta. Na Ata de nº 01, de 30/05/2003 (anexo nº B) constituiu-se a ACAMAR, com a composição de sua diretoria executiva. No dia 18/08/2005, segundo registro da Ata nº 04 (anexo nº B), realizou-se uma nova eleição para a diretoria, permanecendo com a mesma presidência.

²⁹ Segundo dados obtidos em entrevista a esta pesquisadora, realizada em 2007.

Até o ano de 2006 a ACAMAR ficou inativa, com taxas, tributos e documentos pendentes. Cabe colocar que não existem documentos registrando tal fato. Já em 18/07/2007, Ata nº 06 (anexo nº B), reunidos no CRAS/Norte a ACAMAR foi reativada por iniciativa da sociedade civil, da Secretaria de Ação Social e da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Cascavel. A presidente da ACAMAR Maria de Fátima Quadros em entrevista no dia 03 de outubro de 2007, para esta pesquisa, fala para todos que possam lhe ouvir. Ela como catadora que é, sabe das dificuldades da categoria. Conseguiu com muito esforço completar o ensino fundamental.

Só que a gente pede prá Universidade, já que vocês estão falando pela Universidade que eles não como universitários, mas como pessoas, vá prá sua casa, separe o lixo reciclável do orgânico, faça certinho, incentive os parente que às vez tem algum passando fome. Pode ser um catador sujo, porque está com criança, mas, ajuda a sustentar a família de alguém, porque é triste uma mãe chegar em casa sem ter uma coisa prá o filho comer. Não é só prá o agente ecológico, porque eu peço pra quem vai ouvir esta fita, que põe na cabeça que tem que ajudá e não só pra nós ganhar o benefício, é prá si próprio, porque nós estamos salvando o meio ambiente. Se o catador juntar 5 garrafa peti é uma árvore a menos que está sendo cortada. Se não sabe alguma coisa sobre reciclagem, venha aqui e converse comigo ou com outro. Esta garrafa peti vai ficá no lixo até quando? Nós não queremos esmola, nó queremos trabalho. Dê a reciclagem que nós estamo limpando a frente de sua casa, que não vai ficar o lixo lá, marque com um catador que ele passa lá. Tem catador que nem sabe onde é o ECOLIXO.

Podemos perceber pelas palavras de Maria de Fátima, a grande barreira que existe separando as classes sociais, dos preconceitos arraigados na sociedade brasileira que se acham escamoteados. São inúmeras reflexões que podemos fazer com suas palavras. Vemos nisso o descaso que sempre imperou no poder público e também na sociedade que finge não ver a pobreza. Esta pesquisa quando trouxe o referencial teórico das políticas sociais, dos direitos sociais, humanos, pobreza, a “questão social” entre outros, deparando-nos com autores que trazem a discussão, que também, estão a tantas anos escrevendo sobre as desigualdades sociais, a forma de ver a pobreza não como culpa do indivíduo, porém da sociedade que gera as desigualdades, quando aceita o sistema capitalista como seu ideário. Os referenciais de autores nacionais que possuem o gabarito de nível internacional, como a cultura capitalista gosta de comparar, mas que para nós, é só motivo de orgulho.

3 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Afirma Faleiros, referindo-se à metodologia da pesquisa que ela “é a reflexão crítica do seu próprio caminhar, dando-se conta das alternativas possíveis e dos argumentos e contra-argumentos que foram usados para seguir determinada direção. [...] é um processo constante de construção” (FALEIROS, 1999, p. 176).

Durante o Estágio Curricular com a observação da realidade de vulnerabilidade social da população do bairro Interlagos, as indagações foram surgindo até chegarem a concretização desta pesquisa, com o objetivo geral de analisar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno Cascavel – PR, quanto às formas de organização das relações de trabalho coletivo para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social em que se encontram. Os objetivos específicos foram assim definidos: identificar os principais problemas enfrentados pelos catadores no cotidiano de seu trabalho; conhecer a história de vida dos catadores e suas dificuldades; avaliar os limites e as possibilidades das ações da associação dos catadores do bairro, com vistas a fornecer subsídios para um agir coletivo.

A pesquisa de tipo exploratória, priorizada neste estudo, justifica-se aqui, por se tratar de um tema ainda pouco abordado no Serviço Social. De acordo com Gil (1999, p. 43) as pesquisas exploratórias proporcionam uma visão geral, aproximativa, referente ao tema investigado, e ainda, visam à formulação de problemas e hipóteses pesquisáveis em posteriores estudos.

Para se efetivar o processo de investigação da realidade optou-se pela abordagem qualitativa com levantamento bibliográfico, documental e a realização de entrevistas, portanto, utilizando-se de dados primários e secundários. Os pressupostos teórico-metodológicos da abordagem qualitativa, sendo uma modalidade que capta “nas práticas e representações individuais os sinais de uma organização social historicamente constituída em que as divisões de classe [...] de mediações complexas é onde se gera a pobreza” (YAZBEK 2006, p. 24-25).

Os sujeitos são os Catadores de Materiais Recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno do bairro Interlagos de Cascavel – PR mesmo bairro onde está localizado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Região Norte. A totalidade do universo desta pesquisa é de 52 catadores, segundo dados no CRAS/Norte, de 2007. A amostra³⁰ foi definida de forma intencional devido ao fácil acesso, ao interesse em conhecer a opinião dos

³⁰ Segundo Lakatos, (1988, p. 28): “A amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.”

sujeitos e por se tratar de pessoas da convivência dessa pesquisadora. Assim, definiu-se uma amostra de 12 catadores, de ambos os sexos, sendo 4 catadores com até dois anos na categoria, 4 de três a cinco anos e 4 de com 6 ou mais.

O instrumental³¹ utilizado para as entrevistas foi o formulário e contou ainda com a técnica de observação participante³², com garantias éticas de livre participação e sigilo, da identidade pessoal resguardada nas questões formuladas, e que serão analisadas e apresentadas nos resultados da pesquisa, bem como dos benefícios esperados com a mesma, ou seja, em motivação para novas ações do CRAS e em organizações referentes ao trabalho dos catadores com o resultado da pesquisa. Resguardado o sigilo dos sujeitos da pesquisa, estes são identificados no texto da seguinte maneira: os do sexo masculino pela letra M seguida da numeração de 1 a 6; as de sexo feminino pela letra F seguida da numeração de 1 a 6; totalizando 12 sujeitos.

As informações e materiais coletados nos formulários preenchidos com livre consentimento dos sujeitos, as fotografias e imagens autorizadas para uso da pesquisa; e dos dados obtidos junto aos órgãos, sem despesas financeiras para os mesmos, ficarão disponibilizados pelos pesquisadores, com cópia disponível aos interessados (via CD). Os resultados da pesquisa serão apresentados em reunião no CRAS/Norte em data agendada.

Os catadores foram abordados em sua casa, com devido esclarecimento dos objetivos da pesquisa, apresentando o termo de consentimento (Apêndice B), com as fotografias e imagens autorizadas para uso da pesquisa e solicitou-se que respondessem o formulário que foi preenchido e gravado pela entrevistadora.

Os dados obtidos na pesquisa receberam a ordenação, interpretação, análise, elaborou-se a representação gráfica necessária e realizou-se o último passo, ou seja, a discussão dos resultados, considerando os objetivos, problema, hipóteses do projeto e a base teórica levantada no primeiro e segundo capítulos.

³¹ O instrumental utilizado se encontra no APÊNDICE A.

³² Para Gil, (1999 p. 113) “A observação participante, ou participação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. [...] se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.”

3.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS ATRAVÉS TABELAS E GRÁFICOS

Esta pesquisa deu-se através dos catadores de materiais recicláveis residentes no conjunto Habitacional Julieta Bueno de Cascavel – PR, portanto, somente muda o nome de rua e número de casa. A Companhia Habitacional de Cascavel (COHAVEL) órgão da Prefeitura Municipal de Cascavel arrenda as moradias aos catadores. O tipo de construção é alvenaria, dividida em quatro peças, energia elétrica, água encanada, coleta de lixo. Meios de transporte, bicicletas. Abordou-se 12 catadores, 6 homens e 6 mulheres, sendo identificados os homens como M-1 a M-6 e as mulheres como F-1 a F-6.

A análise de dados do instrumental aplicado, não seguirá a ordem estabelecida no mesmo. O estudo será feito com os homens e posteriormente com as mulheres, em seguida se fará uma análise dos dados obtidos.

Quanto ao perfil dos pesquisados observou-se que a maioria tem idade entre 41 a 50 anos, ou seja, 66,66% dos homens, 33,33% entre 31 a 40 anos. Observou-se também que todos os homens apresentam o ensino fundamental incompleto.

Constata-se que 50% das mulheres têm idade entre 31 a 40 anos, 16,66% com idade de 52 anos, outros 16,66% com 44 anos e só um com 24 anos de idade. Em percentagem de 66,66% com ensino fundamental incompleto. F-6 completou o ensino fundamental e que F-2 sem escolaridade, tendo sido adotada por uma família, esta família a considerou como uma doméstica, com base em conceitos não houve permissão para o estudo. Aprendeu a ler e a escrever com as outras crianças da casa.

Em relação à naturalidade, procedência, residência anterior ao Conjunto Habitacional Julieta Bueno e tempo de residência em Cascavel, o quadro abaixo descreve as informações necessárias para tal análise.

Quadro 3 - Perfil histórico residencial dos pesquisados

Catadores	Naturalidade	Procedência	Residência Anterior ao C. J. Bueno	Tempo de Res. em Cascavel
M-1	Corbélia PR	Corbélia	Beira de Estrada	28 anos
M-2	Catanduvas PR	Cascavel	Perto de Rio	25 anos
M-3	Guaraci PR	Boa Vista da Ap ^a	Beira de Estrada	22 anos
M-4	Medianeira PR	Medianeira	Sítio em Sta. Tereza	16 anos
M-5	Cascavel PR	Cascavel	Loteamento	45 anos
M-6	Corbélia PR	Corbélia	Perto de Rio	28 anos
F-1	Curitibanos SC	Pato Branco	Cascavel	30 anos
F-2	Catanduvas PR	Corbélia	Cascavel	14 anos
F-3	Cascavel PR	Cascavel	Sítio dos pais	35 anos
F-4	Campo Mourão PR	Paraguai/Cascavel	Perto de Rio	15 anos
F-5	Palmas PR	Coronel Vivida	Perto de Rio	13 anos
F-6	Cascavel PR	Cascavel	Perto de Rio	38 anos

FONTE: Resultados da pesquisa.

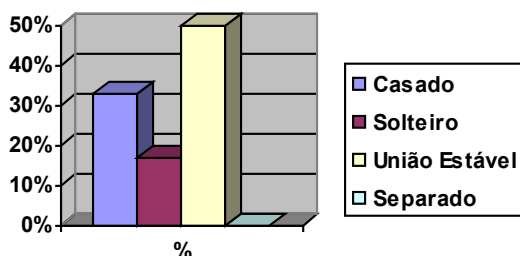
Observa-se que todos os catadores nasceram no Estado do Paraná, com exceção de

F-1 que nasceu no Estado de Santa Catarina. Nota-se também que todos os catadores que nasceram na cidade de Cascavel – PR permaneceram no município. Em relação à procedência observa-se que todos os catadores antes de residirem no Conjunto Habitacional Julieta Bueno já moravam nas proximidades de Cascavel. Quanto à residência anterior ao Conjunto Habitacional Julieta Bueno, nota-se que a grande maioria morava em residências localizadas em áreas verdes da cidade de Cascavel, ou seja, perto de rios, (áreas de risco) e os demais estavam distribuídos em locais como beiras de estradas, loteamentos e sítios.

Quanto ao tempo de residência em Cascavel observa-se que 8 catadores residem na cidade há mais de 20 anos, e 4 catadores de 13 a 19 anos. Confirma-se a problemática ambiental presente na trajetória de assentamento desses moradores vindos de áreas de preservação ambiental para o Conjunto Habitacional Julieta Bueno. Desencadeando novas formas de organização de trabalho e de acesso aos direitos sociais; catadores esses de certa forma se encontram em melhores condições de moradia, com infra-estrutura: água, luz, asfalto, acesso ao CRAS, escola, unidades de saúde, dentre outros direitos.

Gráfico 1 - Estado civil dos catadores

ESTADO CIVIL DOS CATADORES	
Estado Civil	%
Casado	33%
Solteiro	17%
União Estável	50%
Separado	0%

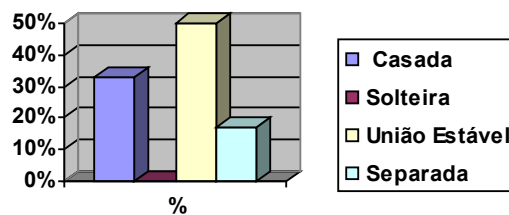


FONTE: Resultados da Pesquisa

De acordo com o quadro, nota-se que a maioria dos homens 50% apresentam-se com união estável, 33,33% estão casados e 16,66% solteiro.

Gráfico 2 - Estado civil das catadoras

ESTADO CIVIL DAS CATADORAS	
Estado Civil	%
Casada	33%
Solteira	0%
União Estável	50%
Separada	17%

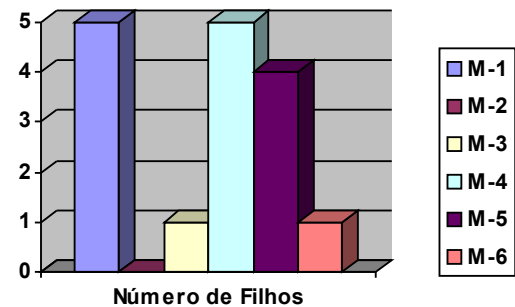


FONTE: Resultados da Pesquisa

Com base no quadro acima, observa-se que a maioria das mulheres 50% apresentam união estável, 33,33% são casadas e 16,66% está separada. Não constou quanto ao estado civil do formulário, nenhum viúvo e nenhum separado judicialmente.

Gráfico 3 - Número de filhos dos catadores

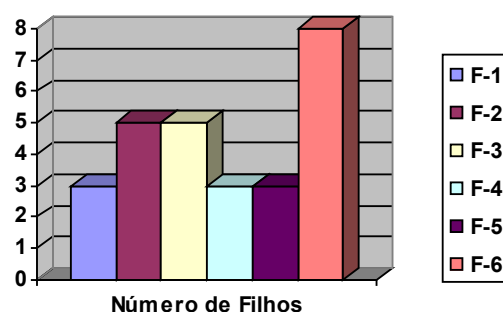
NÚMERO DE FILHOS DOS CATADORES	
Catadores	Número de Filhos
M-1	5
M-2	0
M-3	1
M-4	5
M-5	4
M-6	1



FONTE: Resultados da Pesquisa

Gráfico 4 - Número de filhos de catadoras

NÚMERO DE FILHOS DE CATADORAS	
Catadoras	Número de Filhos
F-1	3
F-2	5
F-3	5
F-4	3
F-5	3
F-6	8

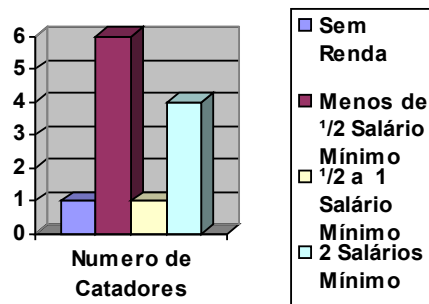


FONTE: Resultados da Pesquisa

Os dados demonstram que os entrevistados possuem um grande número de filhos, muitos destes, ainda são menores de 14 anos. A frequência destes menores às escolas é de 100%. No Bairro Interlagos, como constatamos nestes dois anos de convivência com o CRAS, observamos que as escolas estão próximas às residências. Necessário se faz adequar os instrumentos de ensino para atender problemas mais graves; como prostituição, drogas e crimes. Sugerimos uma estrutura educacional integral, esporte e lazer com objetivo de proporcionar ampla participação aos membros do bairro.

Gráfico 5 - Renda familiar dos pesquisados (M-F)

RENDA FAMILIAR DOS PESQUISADOS (M-F)		
Salário	Número de Catadores	%
Sem Renda	1	8%
Menos de 1/2 Salário Mínimo	6	50%
1/2 a 1 Salário Mínimo	1	8%
2 Salários Mínimo	4	34%

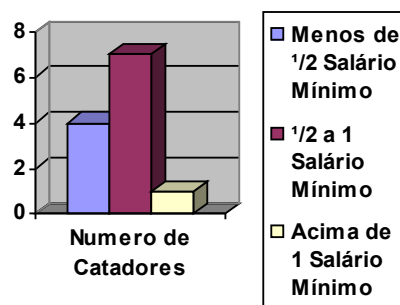


FONTE: Resultados da Pesquisa

Cerca de 50% dos pesquisados sobrevive com menos de meio salário mínimo, 8% se encontra sem renda, devido ao acidente da mulher (era catadora) e ele precisa ficar o tempo inteiro cuidando para que ela não se machuque; outro 8% não atingem de meio a 1 salário mínimo, e 34% alcançam 2 salários.

Gráfico 6 - Renda familiar com coleta seletiva (M-F)

RENDA FAMILIAR COM COLETA SELETIVA (M-F)		
Salário	Número de Catadores	%
Menos de 1/2 Salário Mínimo	4	34%
1/2 a 1 Salário Mínimo	7	58%
Acima de 1 Salário Mínimo	1	8%



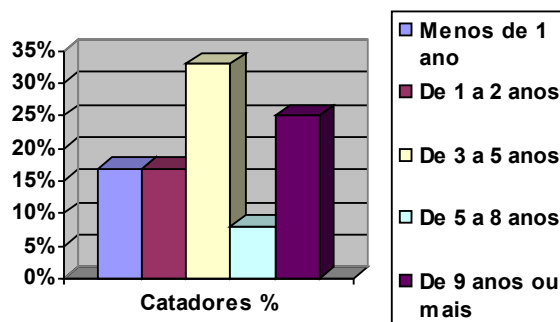
FONTE: Resultados da Pesquisa

Quanto a situação de saúde dos catadores a pesquisa mostra que em decorrência do meio de trabalho ficam expostos a contaminações e acidentes. A falta de uma alimentação balanceada faz com que haja desnutrição. Problemas como hipertensão e lesões de pele são freqüentes. Não há oportunidade para tratamento da saúde bucal. Encontramos dois dos pesquisados com deficiência auditiva, uma das catadoras sofreu grave acidente que lhe impossibilita a continuidade do trabalho. Foram unânimes em responder que procuram a unidade básica de saúde do Interlagos eo PAC II para atendimento médico.

Comprova-se com estes dados a vulnerabilidade de sobrevivência cidadã, indigna e imoral. A maioria destes pesquisados não contam com apoio de parentes familiares.

Gráfico 7 - Tempo de coleta de materiais recicláveis

TEMPO DE COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	
Tempo de Coleta	Catadores %
Menos de 1 ano	17%
De 1 a 2 anos	17%
De 3 a 5 anos	33%
De 5 a 8 anos	8%
De 9 anos ou mais	25%



FONTE: Resultados da pesquisa.

A coleta seletiva não oportuniza novos empregos, umas das razões é o preconceito da sociedade com o catador. Um exemplo disso foi o depoimento de F-1 em relação à necessidade de comprar um refrigerante para o marido que sofreu AVC, e o dono do estabelecimento não quis vender, devido ao fato que eles permaneceriam em frente ao estabelecimento.

Quadro 4 - Benefício social

CATADORES	BENEFÍCIO
M-1	Não Recebe
M-2	R\$ 15,00 com Bolsa Gás
M-3	R\$ 50,00
M-4	R\$ 95,00
M-5	R\$ 96,00
M-6	R\$ 76,00
F-1	R\$ 50,00*
F-2	R\$ 95,00
F-3	R\$ 95,00
F-4	R\$ 60,00
F-5	R\$ 94,00
F-6	R\$ 160,00

FONTE: Dados da pesquisa.

NOTA: * o marido de F-1 recebe auxílio doença de 1 salário mínimo que é gasto somente com remédios.

Percebe-se que os benefícios sociais são uma valiosa contribuição para o reforço da alimentação das famílias.

Perguntados sobre o que acha de ser catador.

M-1 É um serviço, é profissão.

M-2 Tem que achar bom porque não conseguimos outro emprego.

F-1 Está sendo bom porque outro serviço não poderia fazer, porque tem que carregar ele junto. (referindo-se ao marido que teve AVC e arrasta a perna).

F-2 É um trabalho digno e que até aqui, tem ajudado muito.

M-3 Bem, eu acho que é um trabalho que conseguiu o pão de cada dia.

M-4 É bom, só que quase não acha. (Refere-se à escassez do material).

F-3 Claro, gosto.

F-4 Tem hora que a gente acha que é legal e tem hora ...

M-5 Pois óia, é uma coisa que a gente gosta né... (nota-se é uma pergunta que deixa os catadores inibidos).

M-6 Bom, graças a Deus, as pessoa gosta de me entregá o papel...

F-5 É uma ajuda, trabalho para me sustentar.

F-6 Acho que assim o benefício é melhor.. (porque do contrário não teria alimentos).

Nota-se o conformismo na maioria das entrevistas e também como a cultura da subalternidade está nas respostas.

Se havia outro(a) catador(a) na casa: 70% tem alguma pessoa na família que é catador(a) e 30% responderam que não.

O carrinho que coleta materiais recicláveis é próprio, porque a maioria o recebeu do Programa Coleta Solidária – parceria Itaipu Binacional/ACAMAR. Assim como os uniformes, a formação/cursos.

Antes de ser catador(a) encontramos:

M-1 Empreiteiras, servente de pedreiro na Prefeitura de Cascavel;

M-2 Servente de pedreiro;

F-1 Fazia e vendia doces e salgados no bairro cataratas de Cascavel;

F-2 Trabalhava em casa;

M-3 Técnico eletrônico empresas prestadoras de serviços (formal e informal);

M-4 Agricultor em Santa Maria Cascavel;

F-3 Na roça do Sítio do Pai, que depois vendeu;

F-4 Agricultora, depois diarista em fábrica;

M-5 Trabalhava na roça em São João Cascavel;

M-6 Era lavador de carros na prefeitura de Cascavel, (gosta de lavar carros);

F-5 Diarista, vendia picolé, limpava lotes em Cascavel;

F-6 Diarista em Cascavel.

É interessante observar que todos(as) chegaram à categoria catadores por ser a única opção que lhes restou para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, ou seja, a alimentação. Porque roupas, utensílios diversos, móveis, televisão, rádio, geladeira e fogão sempre têm alguém que lhes doa. A bicicleta é o grande meio de transporte para os filhos, para o lazer e também, porque esta, se compra fácil pelo preço baixo de mercado. Não é difícil de saber o porquê. Sobre a maior porcentagem da atividade anterior à coleta de materiais recicláveis, ser agricultor(a), sabemos que industrialização, mecanização, modernização, falta de escolaridade e outros, expulsaram o agricultor do campo. Aqui nos reportamos aos referenciais teóricos, históricos do colonialismo, patrimonialismo, início da industrialização, internacionalização, neoliberalismo e outros.

Quanto a ter outra atividade além da coleta de materiais recicláveis

M-3 agora não, mas gosto de artesanato;
M-4 só fazendo alguma fossa;
M-1, 2, 5, 6, responderam que não.
F-1 às vezes lava roupa para pessoa que pede;
F-2 trabalho em casa;
F-3 fazer fossa;
F - 4 e 6, responderam que não.
F-5 que eu faço, não.

A maioria dos homens não tem outras atividades.

As mulheres não consideram a atividade que executam em casa como trabalho.

Nota-se nas respostas que o trabalho executado em casa não é considerado trabalho por todos.

Os pontos de coleta são na maioria rotativos com a venda fixa, geralmente no bairro, pela facilidade da entrega. Os horários de escolha são:

Quadro 5 - Horário de coleta

Manhã	Tarde	Noite	Madrugada
M 2 M 4 M 5 M 6	M 1, M 2, M 3, M 4, M 5	M 1 M 5	M 12 M 5
F 2 F 3 F 5 F 6	F 1 F 3 F 4 F 5	F 4	

Deduzimos que os catadores desenvolvem suas atividades mais nos períodos da manhã e da tarde e a maioria dos catadores também trabalha nos finais de semana. Os homens culturalmente sustentam a família e acabam vendendo o material diariamente sem produzirem o estoque. Salientando que grande maioria dos catadores masculinos são alcoólatras que necessitam deste dinheiro para o consumo do vício. As mulheres querem agregar valor ao material na hora da venda, acabam assim, estocando o material em casa, conseqüentemente lhes possibilita uma quantidade maior de ganhos. Somente M-6 possui ponto fixo no calçadão do centro de Cascavel. A maioria dos catadores não possui ponto fixo por desenvolverem uma forma de coleta rotativa, na área urbana e no centro da cidade. Isto reforça o motivo por não agregarem valor a sua subsistência.

A grande maioria tem participado das reuniões mensais, organizadas pelo CRAS e participam assim, da associação ACAMAR. Significa para eles uma coisa boa, forma de organização, reconhecimento da categoria de trabalho, união, melhoras no futuro, para não ficar mais difícil... (sobrevivência). Para muitos catadores houve uma melhora nas condições de trabalho depois da distribuição dos equipamentos, como carrinhos, luvas e uniformes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social efetivou-se através de muitas leituras, reflexões, pesquisa de campo, o que viabilizou um processo valioso de conhecimentos.

Teve como objetivo analisar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno de Cascavel – PR, quanto às formas de organização das relações de trabalho coletivo para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social, identificando, também, os principais problemas do cotidiano de seu trabalho, sua história de vida, avaliando os limites e as possibilidades das ações da associação dos catadores do bairro, com vistas a fornecer subsídios para um agir coletivo. A hipótese aproximada inicialmente seria o baixo nível escolar de instrução básica do processo educativo que consiste em aspecto fundamental para reverter o quadro trágico presente em nossa sociedade e que constatou no decorrer e análise da pesquisa.

Os catadores de materiais recicláveis, sujeitos das ações do CRAS/Norte e sujeitos, também, dessa pesquisa que considerou as inúmeras problemáticas e complexidades que envolvem essa atividade em todo país e particularmente, no Município de Cascavel. Acreditou-se na necessidade de aprofundar o estudo sobre a vulnerabilidade social vivenciada pelos catadores, vulnerabilidade essa, entendida por Almeida (2006, P. 02), que os eventos que vulnerabilizam os sujeitos não são apenas de natureza econômica, fatores como a fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social e político, também afetam os sujeitos. Cabe destacar que, a catação – é entendida nesse trabalho, como um indicador de desemprego, pobreza e trabalho informal, como denota a forma como o assunto é tratado atualmente, pela sociedade capitalista na qual a precarização do trabalho exclui grande parte da população do trabalho formal, incentiva ao consumismo desenfreado próprio da sociedade moderna, consumo este que resulta num enorme volume de rejeitos (lixo orgânico e materiais recicláveis), coloca para a categoria dos catadores uma alternativa de sobrevivência na qual este obtém renda por meio da coleta destes rejeitos.

Magera (2003, p 14) descreve a atividade dos catadores, que “[...] reciclam o lixo que eles não geraram, porque não têm condições econômicas de consumir. Esses trabalhadores fazem o que as classes média e alta jamais fariam: trabalham no lixo, tornando-o sua fonte de renda e sobrevivência”.

Acreditamos que a atribuição de novos significados ao lixo, ao mesmo tempo que mostra solução, também cria formas mais qualificadas de trabalho e comercialização, dando uma valorização melhor ao trabalho dos catadores e ampliando sua condição de cidadão.

A solução para uma alternativa imediata é a ACAMAR que no bairro viabilizará o econômico e o sócio cultural, objetivando a organização das relações de trabalho coletivo para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social, ao fornecer subsídios para um agir coletivo dentro de uma educação participante.

Algumas dificuldades tiveram que ser por nós vencidas, como por exemplo, após a escolha intencional ao marcarmos a entrevista, uma catadora recusou-se a fazê-la. Verificamos, logo em seguida, que o motivo da recusa era timidez em dialogar. Porém, a mesma não se negou a pousar para as fotos com seus dois netos. Outra dificuldade que surgiu, foi que tivemos de voltar inúmeras vezes à procura dos selecionados, devido ao estafante trabalho informal dos catadores não depender de horário fixo. Tivemos que desistir de alguns escolhidos e mudar a trajetória da seleção dos sujeitos para concluir a programação. Deve-se compreender as limitações da idade – 68 anos desta pesquisadora para levar adiante um projeto de vida, na tentativa de contribuir com sua pequena parte, já como Assistente Social, na superação das contradições da sociedade capitalista.

O estudo comprovou a hipótese formulada do baixo nível escolar de instrução básica através dos quadros apresentados que comprovam o fato. Isto reflete, também, na forma de administrar os problemas do cotidiano de seu trabalho, nos relacionamentos familiares. Quanto ao agir coletivo, relata-se num pequeno desabafo a presidente da ACAMAR Maria de Fátima Quadros em entrevista no dia 03 de outubro de 2007.

É culpa dos próprios catadores deles não se uni. Todo mundo quer ajuda, todas empresa querem ajudá o benefício. E o governo também tá querendo ajudá, só que se a gente não se uni, o Governo Federal já cansou de mandar dinheiro prá nós. Só que a gente não está unido prá isso. Nós precisamos estar unido pra receber esse dinheiro. Agora com o registro das outras associações nós vamos ter esse dinheiro.

A fala da presidente demonstra a própria compreensão da sociedade ao olhar estes catadores, se eles se esforçassem, poderiam ter uma vida melhor. Uma das causas é que eles têm poucas oportunidades, pois cresceram sem incentivos e pouco estudo. Como eles, seus pais também não tinham a cultura participativa. Não se pode culpá-los, se esta situação foi citada é reflexo de outras compreensões. Culpabilizá-los é dizer que estão errados e é naturalizar esta situação.

É importante ressaltar, como moradora que vivenciou todos estes fatos históricos narrados neste trabalho de pesquisa por Romaní, Lupepsa e técnicos, sobre as mudanças administrativas municipais que inviabilizaram até agora uma associação e uma cooperativa organizada, aumentando o poder aquisitivo do catador e o valorizando socialmente. Esperamos

que a sociedade possa reverter este lado negativo, para que as mudanças sejam efetivadas.

A “questão social” não pode, nem deve estar dissociada da busca de alternativas ecologicamente consistentes. Será uma busca para conferir cidadania a essa população vulnerável ao aplicar critérios de sustentabilidade, numa melhoria da sua qualidade de vida.

A educação necessita ser contextualizada no local, na região onde as pessoas moram. Na medida em que se localiza territorialmente, o ser social consegue visualizar e colocar na sua vivência o dever, ou seja, a totalidade. Tudo o que aprendeu no passado, a história de vida de seus antepassados, com seus acertos e erros, ensinamento de experiência de vida e localização. Os antepassados vão transmitindo às gerações futuras tudo o que apreenderam, portanto, para que possamos transformar o meio em que vivemos e colocá-lo ao nosso favor, é preciso conhecê-lo na sua essência, assim haverá um respeito, responsabilidade pela natureza, também pela sustentabilidade nos relacionamentos familiares e sociais.

Na definição de "De Camino e Muller, 1993", a sustentabilidade ecológica implica na manutenção no tempo das características fundamentais do ecossistema sob uso quanto aos seus componentes e suas interações; a sustentabilidade econômica se traduz por uma rentabilidade estável no tempo; a sustentabilidade social está associada à idéia de que o manejo e a organização do sistema são compatíveis com os valores culturais e éticos do grupo envolvido e da sociedade. Na visão do físico e escritor Frijof Capra, uma Comunidade Humana Sustentável é aquela que não interfere na habilidade inerente à natureza de sustentar a vida (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2007)

Nessa concepção de sustentabilidade dos autores, estamos nos referindo quando queremos passar para as gerações futuras uma melhor qualidade de vida, pois o equilíbrio é móvel, não pára no tempo e no espaço. Nesta visão ecológica, econômica e social a educação se tornaria contextualizada e sustentável até com o momento presente, no estudo, na formação integral. Por isto afirmamos, se os catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno tivessem tido uma formação integral não estariam nesta situação de vulnerabilidade social em que se encontram hoje.

O CRAS exerce importante papel tanto nesta formação educacional, quanto no convívio social, integrando família e comunidade. Espera-se que a pesquisa incentive esta instituição a criar novas ações. Além do CRAS outras entidades possuem algum grau de envolvimento com os catadores.

A pesquisadora faz parte desde agosto de 2005 do Coletivo Formador/PAP3 – Pesquisa-Ação-Participante, do Programa FEA (Formação de Educadoras e Educadores Ambientais) integrante do Programa MES (Municípios Educadores Sustentáveis) na Bacia do

Paraná III e municípios do entorno do Parque Nacional do Iguaçu – IBAMA. No Programa FEA a UNIOESTE é participante ativa, juntamente com tantas outras instituições participantes, entre elas, Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Educação, ITAIPU BINACIONAL, AMOP, assim sendo, continuará atuando com os catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno integrados a ACAMAR, conseqüentemente à COOTACAR como educadora e também, porque não dizer, já como Assistente Social, que é para esta finalidade que apresentamos este Trabalho de Conclusão para o Curso de Serviço Social UNIOESTE/*Campus* em Toledo – PR.

Este trabalho explorou preliminarmente a discussão sobre a situação de vulnerabilidade social dos catadores. Novos estudos deverão aprofundar este debate, incitando a elaboração de novas ações e propostas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. P. de. **Vulnerabilidade social**. Desenvolvimento Humano no Recife. Atlas Municipal, Recife, 2006. p. 45. Disponível em: www.recife.pe.gov.br/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/ Acessado em: 21/10/2007.

AULETE, C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1974. 5 v.

BARRETO, J. dos S. **Catadores de materiais recicláveis**. ACAMAR. Entrevista com Orientador Sócio Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, Cascavel: em 04/10/2007.

BORTOLOTTI, C. **Histórico**: o Conjunto Julieta Bueno. In: Documento na Instituição CRAS/NORTE. Cascavel/PR, 2005.

BOSCHETTI, I; SALVADOR, E. **Orçamento da seguridade social e política econômica**: perversa alquimia. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 87, Ano XXVI, Especial, São Paulo: Cortez, 2006, p. 25-57.

BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL, **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS**, Lei nº. 8742 de 07 de dezembro de 1993.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS**. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Manual Informativo SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 25. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

CARNEIRO, C. B. L. **Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social**. Serviço Social & Sociedade, n. 84, Ano XXVI, São Paulo: Cortez, nov. 2005. p. 66-90.

CASCADEL, **Secretaria de Ação Social**. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2006.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CERQUEIRA FILHO, G. A. **A “questão social” no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHASSOT, N. M. Construção Aproximativa com o campo de estágio supervisionado em Serviço Social I Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Conjunto Habitacional Julieta Bueno. Cascavel PR, 2005.

_____. Dossiê de Estágio Supervisionado em Serviço Social II. Toledo, 2007.

CHRISTMANN, M. W. **Relações de trabalho no cotidiano dos profissionais da área de saúde hospitalar**. 2006, 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2006.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 4. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1991.

DEMO, P. A pobreza também tem charme. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 3, Ano I, São Paulo: Cortez, out.1980.

ECO, U. **Como se Faz uma Tese**. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza; Revisão e Produção: Plínio Martins Filho. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

FALEIROS, V. de P. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, Ano XVII, São Paulo: Cortez, abril 1996. p.09-39.

_____. A questão da metodologia em Serviço Social reproduzir-se e representar-se. **Cadernos ABESS**, nº 3. São Paulo: Cortez, 1989 p.117-132.

_____. **A política social do estado capitalista**: as funções da Previdência e da Assistência Sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Conceito de Sustentabilidade**, 2007. Disponível em: <http://www.ces.fgvsp.br/index.cfm?fuseaction=noticia&IDnoticia=10361&IDIoma=1&IDassunto=35> Acesso em 25/10/2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. A Prática de Pensar a Prática é a Melhor Maneira de Aprender a Pensar Certo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 3, Ano I, São Paulo: Cortez, out. 1980, p. 71-79.

GERMANO, J. W. Pobreza e educação: o avesso da cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, n. 57, Ano XVII, São Paulo: Cortez, jul. 1998. p. 28-51.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, R. de S. Catadores de materiais recicláveis: trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país. **Serviço Social & Sociedade**, n. 82, Ano XXVI, São Paulo: Cortez, jul. 2005, p. 86-109.

HOLANDA, A. B. F. de. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** Ano II, n. 3. São Paulo: Cortez, 2001, (jan. a jun).

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pnsb/lixo_coletado/defaultlixo.sHtm Acesso em abril de 2006.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.bancodealimentos.org.br/por/dadosfome/asfaces.htm>. Acesso em 22 Julho de 2007.

JUNCA, D. C. de M. Trajetórias de sujeitos no lixo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 84, Ano XXVI, São Paulo: Cortez, nov. 2005, p. 169-189.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1983.

_____. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

LAYRARGUES, P.P. Educação para gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2002, p.87-155.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria Social e Questão Ambiental: Pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.) **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUPEPSA, M. A. **A organização dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cascavel/PR**. Artigo Científico apresentado ao curso de Especialização em Política Social e Desenvolvimento Urbano da UnB – Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2007, 60p.

MAGALHÃES, T. Lixo e cidadania: a reação dos excluídos. **Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente - Bio**. Ano XI, nº. 15 – Julho/Setembro, ISSN 0103-5134, 2000.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade, análise interdisciplinar dos cooperativistas de Reciclagem de lixo**. Campinas: Editora Átomo, 2003.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MOTA, A. E. (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____. Entre a rua e a fábrica: Reciclagem e Trabalho. **Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** Ano III, n. 6. Brasília: ABEPSS, 2002, (jul. a dez).

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. do C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P. O Materialismo Histórico como Instrumento de Análise das Políticas Sociais. Estado e Políticas Sociais: Brasil –Paraná. In: **Seminário Nacional**. Cascavel, 26/06/2003.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 7ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

_____; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, L. V. N. A Exclusão Social Brasileira sob os Impactos do Projeto Neoliberal. In: **Recortes Temáticos: nossas reflexões nos 20 Anos do Curso de Serviço Social da UNIOESTE**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2007, p.143-161.

PAIVA, B. A. de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: A universalização da seguridade social em debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.. 87, Ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2006. p. 05-24

PASTORINI, A. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.. 53, Ano XVIII, São Paulo: Cortez, 1997. p. 80-101.

PEREIRA, P. A. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. **Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** Ano IV, n.. 7, Porto Alegre: ABEPSS, 2004 (janeiro/junho). p. 51-62.

PRATES, J. C. Planejamento da Pesquisa Social. **Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** Ano IV, n.. 7, Porto Alegre: ABEPSS, 2004 (janeiro/junho). p. 81-94.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998..

RAMOS, S. R. A Construção de Projetos Coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social. **Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. nº. 5, Brasília: ABEPSS, 2002.

REIGOTA, M. Apresentação. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.) **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, W. C. Em Busca da Qualidade de Vida. In: PINSKY, J. et al. **História da**

cidadania. São Paulo: Contexto, 2003, (p.399 – 417).

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil:** afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROMANÍ, A. P. de. **ECOLIXO Programa de Coleta Seletiva para a Reciclagem Cascavel – PR,** Estudo de Caso, Supervisão de Marlene Fernandes. Coordenação de Carlos Alberto Silva Arruda. Rio de Janeiro: IBAM/CAIXA,2003, 73p.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa.** 29 ed. Edição, São Paulo: Vozes, 1986.

SADER, E. Direitos e Esfera Pública. **Revista Serviço Social & Sociedade,** n. 77, Ano XXV, São Paulo: Cortez, Mar. 2004, p. 05-10.

_____. **Pós-neoliberalismo.** 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SBEE. **Calendário.** Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas, 1995.

SCHONS, S. M. **Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”:** mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA e SILVA, M. O. et. al. **A comunidade solidária:** o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

SILVA, R. B. da. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: Autores, Governança, Regulação e Questões Emergentes no Cenário Brasileiro. **Interthesis,** Florianópolis, v 3, n. 2, jun./dez. 2006. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~interthesis/interthesis6/06_rosemeire_silva.pdf> Acesso em: 04 nov.2007.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Questões pendentes na configuração de uma Política Social: uma síntese.** Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: http://www.desempregozero.org.br/artigos/outro_brasil.pdf Acesso em: 14 out. 2007.

SPOSATI, A. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social & Sociedade,** n.. 87, Ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2006. p. 96-122.

_____. **A menina LOAS:** um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Mínimos sociais e seguridade social:** Uma Revolução da Consciência da Cidadania. Política de Assistência Social e Direitos Sociais. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, 1997, p. 01-40.

STEIN, R. H. Capital social, desenvolvimento e políticas públicas. **Revista Serviço Social &**

Sociedade, n.. 73, São Paulo: Cortez, 2003, p. 157-197.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 2001.

_____. **Pobreza e Cidadania.** São Paulo: Editora 34, 2001.

UNIOESTE, Universidade Estadual do Oeste do Paraná Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social. **Parecer nº. 104/2003** da Câmara de Ensino e CEPE em 17/11/2003.

VIEIRA, E. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Os direitos e a política social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WALDMAN, M. Natureza e Sociedade Com Espaço de Cidadania. In: PINSKY, J. et al. **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003, (p.399 – 417).

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 5 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

ANEXO

ANEXO A - PARECER 230/2007 CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

PARECER 230/2007-CEP

Súmula: Avaliação de proposta de projeto de TCC, tendo como pesquisadora responsável Marli Renate von Borstel Roesler.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, analisou na continuação da sessão ordinária do dia 16/08/2007, realizada no dia 30/08/07, Ata 008/2007 - CEP, o processo CR n° 21453/2007, referente ao projeto de TCC intitulado "A realidade de vulnerabilidade social dos catadores de materiais recicláveis residentes no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, bairro Interlagos, Cascavel - PR" tendo como pesquisadora responsável Marli Renate von Borstel Roesler, cujo objetivo geral é, "Analisar a realidade dos catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno, bairro Interlagos, Cascavel - PR, buscando entender como se organizam nas relações de trabalho coletivo para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social em que se encontram".

Assim, mediante a importância social e científica que o projeto apresenta, a sua aplicabilidade e conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como **APROVADO**, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Deverá ser encaminhado ao CEP o relatório final da pesquisa e/ou a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Cascavel, 31 de Agosto de 2007.


LIRANE ELIZE FERRETO

Coordenadora do CEP/Unioeste



7 891321 051221 >

Ata Nº 01 - Ata de Fundação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cascavel. - ACAMAR.

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e três, no Auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel, Rua Paraná, 5000, neste município, com a presença de inúmeros Catadores de materiais recicláveis e autoridades municipais, conforme lista de presença. Deu-se início a Assembleia Geral da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cascavel, doravante denominada ACAMAR. Na abertura dos trabalhos a Assistente Social, Gerente da Divisão da Secretaria de Ação Social, Senhora Marilda Thomé Paviani deu início a Assembleia convidando o Senhor Luiz Carlos Marcon, Diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para presidir a Assembleia e Elizabeth Rosana Almeida Zotti, Técnico Administrativo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para secretaria e a Senhora Vânia Maria de Souza para compor a mesa. Em seguida a Senhora Vânia de Souza cumprimentou os Catadores, agradeceu a presença e informou que as Secretarias de Ação Social e Meio Ambiente estarão empenhadas em realizar o melhor por esta organização que está surgindo. Na continuação o Presidente tomou a palavra e iniciou a explanação sobre a ACAMAR com exposições em "slide" sobre o Estatuto Social; direitos e deveres; vantagens e desvantagens; convênios; contratações; cursos e rendimentos, entre outros itens pontuados. Na sequência o Senhor José André da Silva questionou o entendimento no site de Escolixó ao novo dia. Informado pelo Presidente que na

na sequência o Engenheiro Adolfo Ojeda responsável pe-
lo setor irá verificar esse problema. A Senhora Cor-
vali Magnardes da Silva questionou, porque as ma-
terias fiscalizáveis dos mercados não são entregues
a eles. O Presidente questionou se há alguém
contrário a formação da Associação ACAMAR, não
havendo manifestação, foi aceito por unanimidade
a formação da ACAMAR. O Presidente informou
que haverá composição da Diretoria Executiva
e será composta por seis membros: Presidente;
Vice-presidente; Tesoureiro; Secretário e dois membros
para Conselho Fiscal. Em seguida abriu-se para
sugestão das chapas candidatas à Diretoria;
chapa número um: Presidente; Fatima Quadros;
Vice-presidente, Senhor Demétrio Lisboa; Tesoureira,
Kilm Machado; Secretaria Senhora Carmelita
Silva Monteiro; Conselho Fiscal: Wilson Alves dos
Santos e Lourival Araujo. A proposta Chapa
número um foi submetida ao plenário para
apreciação e elita, a única chapa apresentada,
por unanimidade. Na sequência a Senhora Vânia
Maria de Souza, Secretaria de Ação Social, parabeniza
a nova Diretoria e deseja muito sucesso a
ACAMAR. Em seguida, o Senhor Presidente decla-
rou encerrada a sessão e nada mais havendo
a tratar, eu Elizabeth Rosane Almeida Zotti, lavrei
a presente ata que, irá por mim e pelos demais
membros da Diretoria, assinada. Corcovel, 30
de maio de 2003. Em tempo: registramos que
a reunião iniciou-se às nove horas. Em tempo:
onde se lê: Tesoureira: Kilm Machado, lia-se Sueli
Kilm Machado. Elizabeth Rosane Almeida Zotti.

123
TABELIONAT
DE
NOTAS
Nº 4084209

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E NOTARIADO
DE CORCÓVIL
Circuito nº 1 de 2003

(Handwritten signature)

Emmanuel Marie de Látima de Quadros

Carmelita da Silva Monteiro
Uil F de Santos

Laurival Trauco Penatis Silva
Lueli Edelm maciel

Crezi B de Lina

Norzi Kildo Voljan

Maria Salati Alveira Rosa

Evonira de Comigo Ribeiro

Fernando Almeida Lima

Joana Betina Pelinário

Artemis glaudis cross

Maria de Antônia

Catarina Feliz Lima

Silviani Dias de matos envelut

Possalino Formoso

Wilmar fauz Dora

Gaburo matos de quadros

Marta Rosane Correio

Antonio de Franca

Yoye maldado

Sij San Cybri

Alexis Kukul

Elaine R Berman

Reida Jirva

Carbal Soares de Souza

Daniel Pires Corrao

Antonio B Jo Santos

Projeto Lourenço

Mertônio Lides de

Levali Maira da Silva

Orestes

Paula Thomé Luciani

1º TABELAMENTO DE NOMES
AV. BRASIL, 629 - CEP: 85901-000 - FONE: (41) 324-5964
PAULO ROBERTO MION

CARTÓRIO DE TIPOGRÁFICOS E DE PESSOAS
MARCHESINI COSTA
SELLO DE AUTENTICIDADE
TIT E DOC
E PESSOAS
JURIDICAS
AJDB0666

CARTÓRIO DE TIPOGRÁFICOS E DE PESSOAS
MARCHESINI COSTA
Registro de Endos e Documentos e de Pessoas Jurídicas
Rua São Paulo, 1303 Cascavel-PR Fone (45) 225-3431
Protocolado Sob Nº 154495
Registrado Sob Nº 2.817 no Livro APJ
De Pessoas Jurídicas
Cascavel - PR, 03/12/2004

Ata n.º 04 - Assembleia da nova Direção da ACAMAR.
 Nos dezeto dias de Agosto de dois mil e vinte e três,
 onze e trinta horas, sede da associação da ACAMAR,
 situado à rua Monas, 1524, prédio do ecclisio, reun-
 am-se os cotadores de material reciclados, acompanhados
 de técnicos da Prefeitura municipal de Lourenço, Luzia de Aguiar
 Barros, gerente da área de práticas básicas social e fontes
 dos Santos Barreto, funcionário do ecclisio região oeste de
 Lourenço de constituir a nova direção da ACAMAR - Associação
 dos Cotadores de Materiais Reciclados de Lourenço; na abertura
 a presidente Maria de Fátima de Quadros, iniciou os tra-
 balhos em seguida Maria Eneidina de Souza, ressaltou a
 necessidade de mais barrações ou entrepostos e a dificuldade
 de coleta seletiva em Lourenço, Maria de Fátima de Qu-
 adros, comentou sobre a importância de reparar o melhor o
 tipo para que este aqueça valores a hora da comercialização
 Luzia de Aguiar Barros continuou o trabalho ressaltando as
 condições atuais do ACAMAR e suas futuras melhorias, foi também
 comentado no âmbito geral o Estatuto Social referente ao Art.
 1.º parágrafo único, que a Acamar, é uma sociedade
 civil de âmbito municipal, composta por ilimitado número
 de sócios, sem distinção indeterminada e personalidade
 jurídica distinta de associados, sendo associação sem
 fins lucrativos, que tem como objetivo o trabalho cole-
 tivo e elevando o desenvolvimento sustentável, entre outros.
 A presidente iniciou os discursos se há alguém contrário
 a formação da direção, não houve manifestação,
 foi aceite por unanimidade. A presidente informou que há
 três competências da direção executiva e será composta
 por três membros: Presidente, Vice-Presidente, Tesoureira, Secretária
 e dois membros do Conselho Fiscal. Em seguida abra-se
 para marcar a chapa candidata à Direção, constituindo

de Presidente: Mario de Sotima de Quadros; Secretário,
 Carmelita Silva Monteiro; Vice-Presidente, Mario Emedino Alves
 de Souza; Tesoureiro, Sueli Kelm Machado; Conselho Fiscal,
 Lourdes Micheletti e Milton Chagas Voz. A proposta foi subme-
 tida ao plenário para apreciação e elita, a única cha-
 pa apresentada por unanimidade. Nos. Requiêncio a Senhora
 Suzia de Aquino Soares, gerente da Área de Proteção Social
 Social da Secretária Municipal de Ação Social do município
 de Cascavel, parabenizou a associação e a Presidente de
 clarou encerrado as mãos em convidado como secretário
 "Adoc" Jonatas dos Santos Barreto, lourei a presente sta,
 que irá por mim e pelos demais membros do Diretoria AM
 nado. Cascavel 18 de Agosto de 2006. Jonatas dos Santos Bar-
 reto Soares. Maria Emedina Alves de Souza
 VALTER ANTONIO BARUS, Wilson Torres de Araujo
 Cláudio P. dos Santos Wilson Torres de Araujo
 José Wilson de Z. Adilson de Souza e da Paula
 Maria Salette Cip Rinto Ozaia de Souza
 Milton L. Voz Walter de Souza Rivaldo Loudelino
 Lourdes Micheletti
 Sueli Kelm Machado, Carmelita da Silva Monteiro,
 Maria de Sotima de Quadros.

Mion
 1º TABELIONATO DE NOTAS - CASCAVEL - PARANÁ
 RUA JOUQUANAVES, 3755 - CEP 85801-120 - FONE/FAX (45) 2101-7883
 PAULO ROBERTO MION - TABELIÃO

Reconheço por semelhança, e dou fé, a assinatura de MARIA
 DE FATIMA DE QUADROS, Cascavel-PR, 06 de dezembro de
 2006.

Em Teste da Verdade
 Paulo Roberto Mion - Tabelião

TABELIONATO
 DE NOTAS
 Nº BUE 76045

CARTÓRIO MION 4

DISTRIBUIDOR
 BSG59029

CUSTAS	
VRC:	300
R\$ + FUNREJUS +	
DISTRIBUIÇÃO +	
DEMAIS ENCARGOS	
TOTAL R\$:	42,30

M Marchesini
 Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
 Rua São Paulo, 1303 - Fone: (45) 225-3431
 Protocolado sob nº 0171563
 Registrado sob nº 0002817/02 Livro A-064, fls.
 119/122

De Pessoas Jurídicas
 Cascavel/PR, 07/12/2006

Procosta

- Eliane Maria Marchesini - Titular
- Helena Paula Marchesini de Souza - Representante
- Murilo Roberto Moraes - Escrivente

LA 1228 de 1972
 RIO
 TIT E DOC
 E PESSOAS
 JURÍDICAS
 BON91770

Ata n.º 06, Assembleia da Associação de Cotadores de materiais recicláveis de Caracol - ACAMAR. Aos dezesseis dias do mês de julho de 2007, às oito horas e vinte, os dois blocos da tarde, no Centro de referência de Assistência Social, localizada na rua Paul Richard, n.º 733, conjuntamente com o diretor jurídico, reuniram-se os cotadores convocados mediante edital de convocação, para a nova eleição da diretoria da Associação, além dos membros do Conselho de Orientadores, sendo Maria Charret, o biólogo João Damasceno iniciou então a assembleia, Maria de Fátima de Quadros proferiu um trabalho, relatando a falta de organização por parte da categoria, dona Sueli Kelm Machado passou a orientação sobre o programa "Cotado um cotador", partiram então e proferindo os trabalhos, foi analisado o novo estatuto social da Acamar que vem dar subsídio a organização da Associação, foram lidos seus artigos e aprovados o novo Estatuto Social por unanimidade, renovamos os trabalhos a cotadora Maria de Fátima foi elogiada pelos trabalhos realizados a Associação, sendo Maria Charret deu enfase relatando a organização dos cotadores, passou orientação relatando novamente que é uma associação e qual seu objetivo, Maria de Fátima de Quadros em nomeu como "Membro" ad hoc, que me responsabilizo em falar, digo trabalhar então isto, continuamos os trabalhos João Damasceno, lido no estatuto delineando bem claro cada cargo da diretoria, ficando assim eleito a eleição, o coordenador dos trabalhos Maria de Fátima de Quadros, relatando que a diretoria da ACAMAR será constituída de: Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário(a), 2º Secretário(a), 1º Tesoureiro

2º Tesoureiro, Conselho fiscal constituído de os três codeiros, requirimos o trabalho, do se por eleito e constituindo a diretoria da AACMAK de Presidente Maria de Fátima de Quadros, vice-presidente Jolha dego Jolha, dego novamente, vice-presidente local Aparecida Oliveira de Farias, primeira tesoureira Sueli Kelm Machado, segunda tesoureira Anilda dos Santos, primeiro secretário José Wilson da Souza, segundo secretário Maria Fátima Ferreira Bispo, Conselho fiscal constituído de Wilson Ebres dos Santos, José Luiz do Nascimento, Genival Veiga, a diretoria foi eleito por unanimidade, Maria de Fátima de Quadros, deu por fim a eleição e constituíram-se o novo diretoria da AACMAK, agradecendo a participação de todos e encerrou-se o Asembleia. Eu comitadas como secretário "ad hoc", escrevi este ato que segue por mim e todos participantes, e presente nesta Asembleia animada. Juntos dos Santos Bonetto, Maria de Fátima de Quadros. Sueli Kelm Machado Maria F. Brizal Anilda dos Santos Wilson Ebres do Santos Jorjane Fernandes, Maria Aparecida D. Provencal - species por o deário Genival Veiga Carlos Soares de Souza José Nêves do Faria José Uirio Soares Brandi Adriano Igua Simões da
após a impressão em minha presença
José Luiz do Nascimento - Sueli Kelm Machado
Ailton Rosa -

ANEXO C - CONJUNTO HABITACIONAL JULIETA BUENO (LAR CIDADÃO)



O Conjunto Lar Cidadão Julieta Bueno, em obras de regularização dos bairros Brasmadeira e Interlagos.

Menos de R\$ 1,00 por dia

As famílias que passam a morar nas unidades do projeto Minha Casa pagam prestação mensal de R\$ 27,00, ou seja, economizando menos de R\$ 1,00 por dia, asseguram casa própria de excelente padrão, considerando-se as condições de habitação a que estavam submetidas.

No Conjunto Quebec já residem trinta famílias. Entre os bairros Brasmadeira e Interlagos, estão sendo construídas mais 480 casas. As famílias foram selecionadas a partir de profundo estudo de sua situação sócio-econômica, dando-se preferência para aquelas em condição mais delicada, pela precariedade de seus barracos. Para construir as casas, o Governo Municipal economizou recursos e cortou todos os gastos possíveis, envolvendo todas as secretarias em um grande esforço, liderado pela Companhia Habitacional de Cascavel. O projeto Minha Casa é, porém, uma somatória do empenho de todos, Governo Municipal e população, especialmente quem paga impostos em dia e sabe que, agora, eles são bem aplicados, principalmente em obras e programas de cunho social, contemplando quem mais precisa de governo.



GOVERNO MUNICIPAL DE
CASCVEL



PROJETO
MINHA CASA

SECOM

MORADIA DIGNA



Conjuntos Quebec e Lar Cidadão Julieta Bueno

O Governo Municipal de Cascavel está possibilitando a famílias que vivem em condições desumanas a condição de recomeçar a vida, morando com dignidade na casa própria.

Estas famílias deixam barracos construídos com restos de madeira ou lona preta, submetidas à lama, à chuva e absoluta insegurança. Elas passam a morar em casas de alvenaria, com

40 metros quadrados, telhas de barro e espaço interno adequado para a convivência. Em torno das casas, ampla infra-estrutura de saneamento básico e um programa de reinserção social, que compreende inclusive preparação para o trabalho e orientações às donas-de-casa e seus filhos. Trata-se de um grande esforço do Município para que se reduzam as desigualdades sociais e para que pais de família tenham a condição mínima de dar a seus filhos a chance de viver em um verdadeiro lar. O dinheiro para construir as casas é oriundo dos impostos que a população paga, por isso, todos são partícipes deste que é o maior projeto social já executado em Cascavel.



Trinta famílias já residem no Conjunto Quebec (foto) e outras 480 casas estão em obras no Interlagos, no Conjunto Lar Cidadão Julieta Bueno

Gente que merece a chance de uma vida digna



Terezinha Aparecida de Matos (35 anos), Iais (8) e Arnivaldo (7)



A origem da maioria das famílias: barracos miseráveis



Jandir (27 anos) e Jussara Oliveira (22), Jessica (6), Tainara (7) e Ione (4)



Geni de Lima (37 anos), Kati (14), Veridiana (3) e Paulo (5)



Jesus Domingos (57 anos) e Dirlian José de Ramos (38)



Edson Vieira (27 anos) e Silvana de Lima (23), Maiana (2) e Débora (1)



Paulo César (48 anos) e Matiana (3)

As famílias selecionadas para o projeto Minha Casa, conjuntos Quebec e Lar Cidadão Julieta Bueno(*), são oriundas de barracos miseráveis que ergueram ilegalmente na beira de riachos, que devem ser preservados. Acima de tudo, estas famílias têm agora a possibilidade de viver com dignidade, na sua própria casa, realizando um sonho que parecia impossível, pela sua condição econômica e social. O projeto Minha Casa compreende 510 moradias.

mas é possível que outras sejam construídas futuramente. O contingente que agora está sendo contemplado é o que estava em situação mais difícil, segundo levantamentos feitos pela prefeitura, por isso, está sendo promovido o quase integral desfavorecimento da cidade. Conheça o perfil de homens, mulheres e crianças que estão deixando os barracos - os que aparecem nas fotos são semelhantes aos ocupados pelas de mais famílias que passaram a ter moradia digna.

APÊNDICE

APÊNDICE A - MODELO DO FORMULÁRIO APLICADO COM OS CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS DO CONJUNTO HABITACIONAL JULIETA BUENO
- ANO 2007

**FORMULÁRIO APLICADO COM OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
DO CONJUNTO HABITACIONAL JULIETA BUENO - ANO 2007.**

Nome: _____ **Idade** _____

Data de Nascimento: _____ **Sexo:** F () M () _____

Natural de: _____ **Estado:** _____

Endereço: _____

Bairro: _____ **Telefone:** _____

Estado Civil: Casado (a) () Solteiro (a) () União estável () _____

Viúvo (a) () Separado (a) () S. judicialmente () Outros () _____

Grau de Escolaridade: Sem escolaridade () ; Fundamental incompleto: série () ; Fundamental completo () ; Médio incompleto () ; Médio completo () _____

Há quanto tempo reside em Cascavel: _____ **Local de Procedência:** _____

Antes de residir no Julieta Bueno morava onde? Perto de rio () ; beira de estrada () ; MST () ; outros () ; _____

Renda Familiar: menos de 1 salário () ; 1 salário () ; 2 salários () ; 3 salários () ; Outro () .

Recebe ajuda na renda: familiares () ; conhecidos () ; outros () .

Número de filhos: _____ **Quantas pessoas residem com você:** _____

Número de crianças com menos de 14 anos: _____ **Estudam:** sim () ; não ()

Pré-escola () ; 1ª a 4ª () ; 5ª a 8ª () ; Entidades Sociais () ; Sem filhos () _____

Nome da(s) Escola(s): _____

A casa é: alugada () ; própria () ; arrendada () ; cedida () ; outra () _____

Valor da(s) despesa(s) _____

O tipo da construção: alvenaria () ; madeira () ; mista () ; outra () _____

A residência tem: 1 peça () ; 2 peças () ; 3 peças () ; 4 peças () ; outra () _____

Energia elétrica () Água encanada () Coleta lixo domiciliar () Rádio ()

Televisão () Geladeira () Meios de transporte () qual(is) _____

Tem problemas de saúde: sim () não () **Qual(is)** _____

Quem da família: _____

Onde busca atendimento médico: _____

Alguém da família recebe algum benefício social: sim () não () _____

Qual(is): _____ **valor(es):** _____

Há quanto tempo coleta materiais recicláveis: menos de 1 ano () 1 a 2 anos ()

3 a 5 anos () 5 a 8 anos () mais () _____

O que acha você de ser catador(a): _____

Tem outra pessoa na casa que é catador (a): sim () ; não () ; quem _____

Carrinho: Próprio () ; cedido () ; Por quem? _____

Além da coleta de materiais recicláveis tem outra atividade: _____

Antes de ser catador(a) que atividade tinha e onde: _____

Leva alguém da família na coleta de materiais recicláveis: sim (); não (); quem?

motivo: _____

Quais os locais/ bairros que coleta mais: _____

Já sofreu algum acidente no trabalho de coleta: sim (); não (); _____

qual(is): _____

Usa algum tipo de proteção quando coleta: sim (); não (); luvas (); botas ();

Uniforme (); máscara (); outro () _____

Pontos de coleta: fixos (); rotativos (); **Venda:** fixos () rotativos () _____

Tem ponto de coleta no calçadão de Cascavel: sim () não () _____

Qual(is) horário(s) que coleta os materiais recicláveis: _____

Manhã (); tarde (); manhã/tarde (); noite (); madrugada () _____

Trabalha nos finais de semana: sim (); não (); onde? _____

Armazena o material coletado em casa? Sim () Onde? _____

Não (). Em que local armazena? _____

Qual é a sua renda mensal com a coleta seletiva: menos de ½ salário mínimo ();

De ½ a 1 salário mínimo (); acima de 1 salário mínimo () _____

Tem participado das reuniões mensais de catadores organizadas pel CRAS: sim (); não ().

Participa de alguma associação ou cooperativa de catadores: sim (); não ().

Se afirmativo o que significa para você estar associado(a): _____

Se não participa, porquê? _____

Que benefícios o Programa Coleta Solidária/parceria Itaipu/Acamar tem repassado para você: _____

Equipamentos (); carrinho (); formação / cursos (); outros (); _____

Outros comentários: _____

Estou ciente dos objetivos da pesquisa e da inclusão dos dados fornecidos no

Trabalho de Conclusão de Curso, da acadêmica Neida Maria Chassot

Data e assinatura do entrevistado

APÊNDICE B - MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: A realidade de vulnerabilidade social dos catadores de materiais recicláveis residentes no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, bairro Interlagos, Cascavel – PR

Pesquisador Responsável/Colaborador: **Dra. Marli Renate von Borstel Roesler e Neida Maria Chassot** – **Contato: Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE/ campus de Toledo – Fone: (45) 33797027 / (45) 3222-9983**

O projeto de pesquisa justifica-se na importância do estudo focado na realidade de vulnerabilidade social dos catadores de materiais recicláveis, residentes no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, bairro Interlagos, Cascavel – PR, que não contam com os direitos do trabalho formal e passam a depender de políticas públicas de proteção social para garantir dos seus direitos sociais, dentre elas as executadas no Centro de Referência de Assistência Social/CRAS, localizado na região norte da cidade de Cascavel, campo de estágio curricular supervisionado do Curso de Serviço Social da UNIOESTE/Toledo, nos anos de 2006 e 2007.

Como objetivo geral propõe-se: Analisar a realidade dos catadores de materiais recicláveis do Conjunto Habitacional Julieta Bueno, bairro Interlagos, Cascavel – PR, buscando entender como se organizam nas relações de trabalho coletivo para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social em que se encontram. E dentre os objetivos específicos: Conhecer as condições de vida dos catadores através do perfil já pesquisado em 1999 e correlacionar aos dados do novo perfil a ser levantado em 2007 pelo Identificar os principais problemas enfrentados por essa população no cotidiano de trabalho, ao conhecer a sua história de vida e dificuldades; bem como, abordar os limites e as possibilidades das ações da Associação dos Catadores do Conjunto Habitacional Julieta Bueno, bairro Interlagos, com vistas a fornecer subsídios para um agir coletivo.

A pesquisa fundamenta-se em referencial bibliográfico e documental, com recursos de um formulário a ser aplicado pelos pesquisadores com os catadores de materiais recicláveis, mediante garantias éticas de livre participação e sigilo da identidade pessoal resguardada nas questões formuladas, e que serão analisadas e apresentadas nos resultados da pesquisa. Bem como dos benefícios esperados com a mesma, ou seja, em motivação para novas ações no CRAS e em organizações referentes ao trabalho dos catadores com o resultado da pesquisa.

As informações e materiais coletados nos formulários preenchidos com livre consentimento dos sujeitos, as fotografias e imagens autorizadas para uso da pesquisa; e dos dados obtidos junto aos órgãos, sem despesas financeiras para os mesmos, ficarão disponibilizados pelos pesquisadores e ao final serão apresentados no TCC, com cópia disponível aos interessados (via CD). Os participantes poderão livremente e sem prejuízos financeiros e de penalizações, retirar seu consentimento de participação em qualquer fase da pesquisa. Também os resultados da pesquisa serão apresentados em reunião no CRAS/NORTE em data agendada.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade, e ter assegurado o uso de imagem fotográficas com devido consentimento;
4. procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste -CEP/Unioeste, através do telefone 3220-3272, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Declaro estar ciente do exposto, com cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e desejar participar do projeto de pesquisa.

Cascavel(PR), _____.

Nome do responsável: Assinatura: _____

Eu, *Marli Renate von Borstel Roesler/ Neida Maria Chassot*, pesquisadora responsável/colaboradora da pesquisa declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável, responsabilizo-me em manter arquivado uma cópia do presente TCLE. _____

Data: 20/08/2007 Telefone : (045) 3797027 / (45) 3222-9983